QGEP PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 11.669.021/0001-10

NIRE: 33.300.292.896

Companhia Aberta

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em atendimento ao disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("ICVM 481/09"), a administração da **QGEP Participações S.A.** ("QGEPP" ou "Companhia") apresenta a seguir a sua proposta para os itens a serem deliberados na **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no dia 12 de abril de 2016.

1. Tomada das contas dos Administradores, Exame, Discussão e Votação das Demonstrações Financeiras Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015.

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e as contas dos administradores, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 7 de março de 2016 e publicados, juntamente com o parecer do Conselho Fiscal, no Jornal do Commercio e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro no dia 11 de março de 2016.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência, constam do Anexo A que segue com esta proposta.

Adicionalmente, a administração da Companhia disponibilizou para a análise de V.Sas., por meio do setor de Informações Periódicas Eventuais – IPE, os seguintes documentos:

(i) Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015;
(ii) Demonstrações Financeiras e notas explicativas;
(iii) Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP;
(iv) Relatório dos Auditores Independentes; e
(v) Parecer do Conselho Fiscal.

2. Destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e distribuição de dividendos.

A Administração da Companhia propõe que o lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 tenha a destinação indicada nas Demonstrações Financeiras, qual seja, de R$38.677.840,95 a título de dividendos, correspondendo a R$0,15 por ação ordinária, conforme política de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2015.

No valor acima proposto para distribuição como dividendos estão incluídas a distribuição do dividendo obrigatório no valor de R$889,33 e a distribuição adicional no montante de R$38.676.951,62, conforme decisão em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 07 de março de 2016.

Em atendimento ao art. 9, §1º, II da ICVM 481/09, o Anexo B a este documento apresenta as informações relacionadas à proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

3. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o período de 2016 a 2018.

A Administração da Companhia propõe que sejam reeleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, os atuais membros do Conselho de Administração: Srs. Antônio Augusto de Queiroz Galvão, Ricardo de Queiroz Galvão, Maurício José de Queiroz Galvão, Leduvy de Pina Gouvêa Filho, José Augusto Fernandes Filho, José Luiz Alquéres e Luiz Carlos de Lemos Costamilan, sendo os dois últimos conselheiros independentes.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da ICVM 481/09, o Anexo C à presente proposta contém as informações indicadas no item 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, com relação aos candidatos informados acima.

4. Aprovação da remuneração da Administração.

A Administração propõe que a remuneração global dos Administradores da Companhia a ser paga até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2016, seja aprovada no valor global de R$3.866.041,91 (três milhões e oitocentos e sessenta e seis mil e quarenta e um reais e noventa e um centavos). Este valor inclui a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, informada no item 5 abaixo.

Este montante, que não será necessariamente despendido em sua totalidade, será alocado pelo Conselho de Administração entre os Diretores, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal da Companhia, esses últimos, caso o referido conselho venha a ser novamente instalado, conforme indicado abaixo.

Por fim, em atendimento ao disposto no artigo 12 da ICVM 481/09, o Anexo D à presente proposta contém as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência.

Importante ressaltar que o item 13.2 do Formulário de Referência trata da remuneração do período correspondente ao exercício fiscal enquanto o limite de remuneração global dos Administradores, estabelecido em Assembleia Geral da Companhia, refere-se ao período compreendido entre a data do referido conclave até a data em que será realizada a Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente.

5. Instalação e eleição dos membros do Conselho Fiscal e aprovação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal.

A Companhia recebeu correspondência de seus acionistas controladores solicitando a instalação do Conselho Fiscal. Em sua correspondência, os controladores informaram o nome dos seus candidatos para as posições de membros efetivos e suplentes ao Conselho Fiscal.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da ICVM 481/09, o Anexo C à presente proposta contém as informações indicadas nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, com relação aos candidatos a membros do conselho fiscal.

Caso os acionistas minoritários não exerçam o direito de eleger um membro para o referido conselho, o Conselho Fiscal será composto pelos 3 membros indicados pelos acionistas controladores. A Companhia irá atualizar esta proposta caso receba de acionistas minoritários indicação de candidatos para a posição de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, incluindo currículos e demais informações exigidas pela regulamentação aplicável.

Caso os acionistas minoritários exerçam o direito de eleger candidatos para a posição de membro efetivo e suplente do Conselho Fiscal, o controlador deixará de indicar os Srs. Axel Ehrard Brod e William Bezerra Cavalcanti Filho para os cargos de membro efetivo e suplente, respectivamente.

A Administração da Companhia propõe à Assembleia Geral Ordinária remuneração global dos membros do Conselho Fiscal eleitos no valor de até R$592.488,00 (quinhentos e noventa e dois mil e quatrocentos e oitenta e oito reais).

Rio de Janeiro, 9 de março de 2016.

Anexo A

(Comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência)

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A QGEP Participações S.A. (“QGEPP” ou “Companhia”) atua no setor de exploração e produção, sendo a primeira empresa brasileira de controle privado a operar na área do polígono do pré-sal da bacia de Santos em função de sua qualificação como “Operador A” pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”), o que permite nossa atuação como operadora em águas rasas, profundas e ultraprofundas. Nossas atividades de exploração e produção de petróleo, gás natural e condensado concentram-se, atualmente, em 8 diferentes bacias: Santos, Espírito Santo, Sergipe-Alagoas, Camamu-Almada, Pernambuco-Paraíba, Ceará, Pará-Maranhão e Foz do Amazonas. Nosso principal ativo em produção é o Campo de Manati, no Estado da Bahia, no qual detemos 45% de participação. Trata-se de um dos maiores campos de gás natural não associado em produção no Brasil, tendo produzido em média 5,6 milhões de m³ por dia de gás em 2015.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, nossa receita líquida totalizou R$496,2 milhões, R$503,2 milhões e R$486,1 milhões, respectivamente. Conforme detalhado no item 10.2 deste documento, nossas receitas são preponderantemente provenientes da venda de gás para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”).

A Companhia é uma sociedade *holding* e as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural são conduzidas através da controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”). Os financiamentos necessários para o desenvolvimento das atividades são usualmente obtidos pela QGEP com a garantia da QGEPP.

A Companhia mantém uma liquidez satisfatória ao longo dos últimos anos. Seu capital circulante líquido (diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante) foi de R$1.172,6 milhões, em 31 de dezembro de 2015, R$1.233,1 milhões, em 31 de dezembro de 2014 e R$1.052,2 milhões, em 31 de dezembro de 2013. Já a liquidez corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante) da Companhia estava na proporção de 835%, em 31 de dezembro de 2015, 1.215%, em 31 de dezembro de 2014 e 550%, em 31 de dezembro de 2013.

Considerando as receitas e a liquidez da QGEPP, entendemos que a Companhia dispõe de condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir obrigações de curto prazo.

b) Estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a QGEPP tinha uma posição consolidada na conta Caixa e Equivalentes de Caixas e aplicações financeiras de R$1.279,9 milhões, R$1.128,6 milhões e R$1.005,8 milhões, respectivamente, e um ativo circulante de R$1.332,2 milhões, R$1.343,7 milhões e R$1.285,9 milhões, respectivamente. Nas referidas datas, a Companhia apresentava um passivo circulante consolidado de R$159,5 milhões, R$110,6 milhões e R$233,7 milhões, respectivamente, e um passivo não circulante consolidado de R$619,4 milhões, R$531,6 milhões e R$396,6 milhões, respectivamente.

No tocante ao padrão de financiamento das operações da Companhia, observamos uma preponderância do capital próprio em relação aos recursos de terceiros. Em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, o capital próprio representava 78%, 80% e 79% da estrutura de capital da QGEPP, respectivamente, enquanto os recursos de terceiro representavam, naquelas mesmas datas, 22%,

20% e 21% da estrutura de capital da Companhia.

A Companhia irá analisar a possibilidade de captar novos recursos, seja por meio de dívida ou de capital próprio, sempre considerando as opções mais eficientes em termos de estrutura e de custo, caso surja a necessidade de novos investimentos no desenvolvimento de suas reservas e/ou no aumento do nosso portfólio.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o seu fluxo de caixa, sua posição de liquidez e sua estrutura de capital, a Companhia acredita ter condições de cumprir com seus compromissos e obrigações no curto e no longo prazo, embora não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada neste período.

Adicionalmente, a Companhia tem cumprido com suas obrigações relativas aos compromissos financeiros assumidos. Caso necessário, a QGEPP irá analisar a possibilidade de contrair novos empréstimos, sempre ponderando as opções mais eficientes em termos de estrutura e custos para a Companhia.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia tem buscado em sua própria geração de caixa os recursos necessários para o financiamento de seu capital de giro e de seus investimentos.

Nos exercícios findos em 2015, 2014 e 2013, a QGEPP financiou o seu capital de giro e grande parte da expansão de suas atividades com a sua geração de caixa e com os recursos provenientes de sua oferta pública inicial de ações. Nesse mesmo período, principalmente na fase de desenvolvimento dos negócios, a Companhia contratou empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, os quais serão pagos e/ou liquidados com recursos advindos da sua própria geração de recursos.

Em 12 de setembro de 2013, a QGEP assinou contrato de financiamento com a Financiadora de Estudos e Projetos (“FINEP”) no valor de R$266,1 milhões. Essa linha de crédito foi obtida para financiar o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta. Entre 2013 e 2015, a QGEP desembolsou R$252,8 milhões dessa linha de crédito mantida junto à FINEP.

Adicionalmente, a Companhia assinou em 29 de setembro de 2014 um contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) no valor de até R$183,7 milhões para financiamento de poços exploratórios no Nordeste. Entre 2014 e 2015, a QGEP desembolsou R$117,8 milhões dessa linha de crédito mantida junto ao BNB.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que sua posição de caixa e aplicações financeiras de R$1.279,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, somada à geração de caixa oriunda de suas operações e às dívidas contratadas até o momento, serão suficientes para cumprir as suas obrigações operacionais rotineiras, bem como com o seu cronograma de investimentos firmes. A QGEPP poderá, contudo, vir a elevar a

sua alavancagem financeira por meio de novas fontes de financiamentos, à medida que surgirem oportunidades de novos investimentos, sobretudo em aquisições, bem como para desenvolvimento da sua produção.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Conforme indicado no item 10.1(a) acima, os financiamentos necessários para o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural são usualmente obtidos pela controlada QGEP com a garantia da Companhia.

Em 12 de setembro de 2013, a controlada QGEP assinou contrato de financiamento com a FINEP no valor de R$266,1 milhões, com objetivo de financiar aproximadamente 90% do Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta. Este financiamento foi aprovado para o prazo total de dez anos, com três anos de carência, sendo uma linha com taxa de juros fixa de 3,5% a.a. e outra corrigida pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), reduzida por um fator de equalização líquido de 1,5% a.a. Entre 2013 e 2015, foram desembolsados R$252,8 milhões desse contrato.

Adicionalmente, a QGEP assinou em 29 de setembro de 2014 um contrato de abertura de crédito com o BNB no valor de até R$183,7 milhões, para financiamento de poços exploratórios no Nordeste. O financiamento é composto por uma linha de credito a uma taxa fixa de 4,71% a.a. mais um bônus de adimplência de 15%, com período de carência de 5 anos e prazo de pagamento de 7 anos.

Para outras informações sobre contratos de empréstimo e financiamento e obrigações contratuais da Companhia, vide a seção 3.8 deste Formulário de Referência.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Com exceção dos empréstimos com a FINEP no valor de R$252,8 milhões e com o BNB no valor de R$117,8 milhões, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhuma outra operação de longo prazo com instituições financeiras.

No entanto, a QGEPP busca manter uma relação comercial com os principais agentes financeiros no mercado, visando ao pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de novos investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas contratadas pela Companhia.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de

endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

A Companhia não é parte de nenhum contrato que lhe imponha limites de endividamento e contratação de novas dívidas, a distribuição de dividendos, a alienação de ativos, a emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Já os contratos de financiamento firmados por nossa controlada QGEP com a FINEP e com o BNB exigem que a QGEP solicite autorização prévia para a prática de atos que, diretamente ou indiretamente, resultem numa diminuição da capacidade de pagamento da QGEP em face aos compromissos assumidos nos referidos contratos de financiamento.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os recursos contratados da FINEP têm o limite de prazo de utilização de 36 meses contados a partir da assinatura do contrato (12 de setembro de 2013). Até 31 de dezembro de 2015, R$252,8 milhões, equivalentes a 89% do total da linha de crédito, já haviam sido desembolsados.

Em relação aos recursos contratados junto ao BNB, o limite de prazo para desembolso da última parcela é de 48 meses contados a partir da assinatura do contrato (29 de setembro de 2014). Até 31 de dezembro de 2015, R$117,8 milhões, equivalentes a 64% do total da linha de crédito, já haviam sido desembolsados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Conforme Fato Relevante divulgado em 25 de fevereiro de 2016, a Companhia retificou o procedimento contábil utilizado para variação cambial da moeda norte-americana em relação às suas provisões de abandono. Para mais informações sobre a mudança na prática contábil, ver item 10.5 deste Formulário de Referência.

Em razão da retificação no procedimento contábil, a companhia reapresentou suas demonstrações financeiras comparativas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Este item 10.1(h) do Formulário de Referência se utiliza dos números das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 conforme ajustadas para refletir a retificação acima referida, de modo a permitir a adequada comparabilidade entre os números constantes daquelas demonstrações e os constantes da demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Resultados operacionais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidados da Companhia para os períodos indicados:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(R$ milhões)	2015	ΔV (%)	2014*	ΔV (%)	2013*	ΔV (%)	ΔH 2015/4	ΔH 2014/3
Receita líquida	496,2	100,0%	503,2	100%	486,1	100	(1,4%)	3,5%
Custos	(252,9)	-51,0%	(242,3)	-48,1%	(215,9)	(44,4)	4,4%	12,2%
Lucro bruto	243,3	49,0%	261,0	51,9%	270,2	55,6	(6,8%)	(3,4%)
Receitas (despesas) operacionais	(439,8)	-88,6%	(169,0)	-33,6%	(150,6)	(31,0)	160,3%	12,2%
Gerais e administrativas	(52,9)	(10,7)	(58,5)	(11,6%)	(68,6)	(14,1)	(9,6%)	(14,7%)
Equivalência patrimonial	(1,2)	-0,2%	(0,2)	-11,6%	(0,5)	(0,1)	489%	(60,0%)
Custos exploratórios	(386,1)	-77,8%	(110,3)	0,0%	(81,5)	(16,8)	250,0%	35,3%
Outras operacionais líquidas	0,3	0,1%	-	-21,9%	-	-	-	-
Lucro operacional	(196,5)	-39,6%	98,8	0,0%	119,6	24,6	(298,9)%	(17,4%)
Resultado financeiro líquido	272,2	54,9%	119,2	19,6%	98,8	20,3	128,4%	20,6%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75,7	15,3%	211,2	23,7%	218,4	44,9	(64,1%)	(3,3%)
Imposto de renda e contribuição social	17,9	3,6	(16,3)	42,0%	6,3	1,3	(209.6%)	(359,3%)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	93,6	18,9	194,8	38,7	224,6	46,2	(51.9)%	(13,3%)

ΔV – Análise Vertical – percentual em relação ao total da receita líquida.

ΔH – Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os períodos

* Reapresentadas

Receita Líquida

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida totalizou R$496,2 milhões, em comparação com a receita líquida de R$503,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando uma redução de 1%. A pequena redução na receita líquida decorre de uma produção média de 5,6 milhões de m³ de gás natural por dia, inferior ao nível de 5,9 milhões de m³ de gás por dia em 2014, parcialmente compensado pelo reajuste contratual do preço do gás natural pela inflação brasileira.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a receita líquida totalizou R$503,2 milhões, em comparação com a receita líquida de R$486,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento 3,5%. O aumento na receita líquida decorre principalmente do reajuste contratual do preço do gás natural, já que a produção de gás natural em 2014 foi similar aos níveis de 2013.

Custos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos totalizaram R$252,9 milhões, em comparação com os custos de R$242,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 4,4% devido, principalmente, ao aumento nos custos de amortização relacionados à provisão de abandono do Campo de Manati.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos totalizaram R$242,3 milhões, em comparação com os custos de R$215,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 12,2% devido, principalmente, ao aumento nos custos de amortização relacionados à provisão de abandono do Campo de Manati. Os seguintes custos de operação compuseram o montante total de 2014: (i) R$120,5 milhões de depreciação e amortização; (ii) R$50,1 milhões de Royalties e Participação Especial; (iii) R$40,7 milhões de custos de produção; (iv) R$5,5 milhões de Pesquisa & Desenvolvimento; e (v) R$25,6 milhões de custos de manutenção no Campo de Manati.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$52,9 milhões em comparação com despesas gerais e administrativas de R$58,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. A redução de 9,6% no período reflete a racionalização de custos realizada pela Companhia ao longo do ano, bem como a maior alocação para projetos operados pela QGEP.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas gerais e administrativas totalizaram R$58,5 milhões em comparação com despesas gerais e administrativas de R$68,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando uma redução de 14,7%. Essa variação reflete principalmente um aumento de 78,7% no montante alocados a parceiros de projetos operados pela QGEP. Este montante também inclui R$13 milhões associados aos custos com participação no resultado do ano de 2014.

Gastos Exploratórios

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os gastos exploratórios totais atingiram R$386,1 milhões em comparação com custos exploratórios de R$110,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 250,0%. Do montante de R$386,1 milhões dispendidos em custos exploratórios no exercício de 2015:

(i) R$332,5 milhões foram dispendidos na exploração de poços localizados no Bloco BM-J-2. A decisão de devolução do Bloco foi tomada em função da baixa atratividade indicada por estudos de viabilidade técnica e econômica da área;
(ii) R$19,2 milhões refere-se à aquisição/processamento de sísmica; e
(iii) o montante remanescente reflete gastos exploratórios em montantes pulverizados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, os custos exploratórios totais atingiram R$110,3 milhões em comparação com custos exploratórios de R$81,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 35,4%. Do montante de R$110,3 milhões dispendidos em custos exploratórios no exercício de 2014:

(i) R$31,7 milhões foram dispendidos na exploração de poços localizados no Bloco BM-S-8, sendo R$28,9 milhões referentes aos gastos exploratórios do poço Biguá e R$2,8 milhões referentes aos gastos exploratórios com o poço de extensão de Carcará. A área do poço Biguá foi devolvida à ANP e a baixa relativa ao poço de extensão da descoberta de Carcará, iniciado em Dezembro de 2013, que foi posteriormente interrompido, deveu-se a questões operacionais nos primeiros estágios da perfuração;
(ii) R$34,4 milhões referem-se aos gastos exploratórios do Bloco BM-CAL-5. O Bloco BM-CAL-5, localizado na Bacia de Camamu-Almada, também está sendo devolvido à ANP devido à falta de atratividade econômica do projeto aliada aos custos associados a questões complexidade de obtenção da licença ambiental;
(iii) R$23,4 milhões referem-se à aquisição/processamento de sísmica; e
(iv) o montante remanescente reflete gastos exploratórios em montantes pulverizados.

Resultado Financeiro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado financeiro líquido totalizou R$272,2 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R$119,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 128,4%. Este aumento significativo foi resultado dos rendimentos do caixa da Companhia, o qual está 60% investido em instrumentos financeiros denominados em reais, e o restante em fundos cambiais destinados a cobrir as obrigações denominadas em dólar. A desvalorização do real em relação ao dólar norte americano no período e o aumento da taxa de juros SELIC no país, que encerrou o ano em 14,25% a.a., contribuíram para o aumento da receita financeira em 2015, que foi de R$265,9 milhões, comparada a R$119,6 milhões em 2014.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o resultado financeiro líquido totalizou R$119,2 milhões, comparado ao resultado financeiro líquido de R$98,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 20,6% O maior resultado financeiro no exercício de 2014 deve-se, sobretudo, ao efeito positivo das variações cambiais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro Líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro líquido da Companhia foi de R$93,6 milhões, representando uma redução de 38,5% em comparação com o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (R$194,8 milhões). O lucro do período foi resultado da combinação de receitas operacionais da venda de gás do Campo de Manati e de receitas financeiras provenientes do rendimento dos investimentos da Companhia, impactado por baixas de custos exploratórios em função, principalmente, da devolução do Bloco BM-J-2. O lucro líquido também foi impactado por uma reversão de R$136,3 milhões em imposto de renda diferido/corrente, com impacto não caixa, devido ao ajuste na contabilização da variação cambial sobre as provisões de abandono. Em 2014, o lucro líquido foi de R$194,8 milhões, refletindo a maior produção em Manati e menos gastos exploratórios.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o lucro líquido da Companhia foi de R$194,8 milhões, representando uma redução de 13,6% em comparação com o lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (R$224,6 milhões). A redução do lucro líquido deve-se, sobretudo, às devoluções do Bloco BM-CAL-5 e de Biguá.

Contas Patrimoniais

A tabela a seguir apresenta os valores relativos aos balanços patrimoniais da Companhia nas datas indicadas:

(R$ milhões)	2015	2014*	2013*	ΔH 2015/2014	ΔH 2014/2013
Ativo Circulante	1.332,2	1.343,7	1.285,9	(0,9%)	4,5%
Caixa e equivalente de caixa	180,7	117,2	357,8	54,2%	(67,2%)
Aplicações financeiras	941,5	1.011,4	648,0	(6,9%)	56,1%
Contas a receber	102,6	101,6	99,4	1,0%	2,2%
Estoques	3,1	54,5	47,8	(94,4%)	14,0%
Impostos a recuperar	75,9	33,7	12,1	101,6%	211,3%
Crédito com parceiros	23,9	19,3	116,2	23,8%	(83,4%)
Outros	4,5	2,0	4,7	126,8%	(58,4%)
Não Circulante	2.135,9	1.888,6	1.785,8	13,1%	5,8%
Caixa restrito	86,8	27,9	4,2	211,1%	569,9%
Aplicações financeiras	157,8	-	-	100,0%	0,0%
Impostos a recuperar	4,9	2,7	0,3	81,5%	686,9%
Estoques	50,3	-	-	100,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	45,5	19,4	22,5	111,9%	(13,9%)
Partes relacionadas	7,0	4,9	0,5	42,6%	918,4%
Investimentos	125,1	22,8	10,4	447,7%	119,1%
Imobilizado	928,6	1.178,6	1.114,2	(21,2%)	5,8%

Intangível	728,4	630,5	631,4	15,5%	(0,1%)
Outros	1,6	1,8	2,4	(9,2%)	(24,6%)
TOTAL DO ATIVO	3.468,1	3.232,2	3.071,7	7,3%	5,2%
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante	159,5	110,6	233,7	44,2%	-52,7%
Fornecedores	71,7	35,2	160,2	103,6%	(78,0%)
Empréstimos e financiamentos	12,5	0,4	0,2	3122,7%	62,6%
Impostos e contribuição a recolher	29,1	26,3	30,1	10,7%	(12,5%)
Remuneração e obrigações sociais	18,6	17,9	19,4	3,7%	(7,5%)
Contas a pagar - partes relacionadas	0,4	0,3	0,0	25,0%	4.100,0%
Provisão para pesquisa e	15,7	12,8	8,6	23,1%	48,8%
Seguros a pagar	8,5	6,3	-	35,3%	100%
Outras obrigações	3,1	11,4	15,2	(73,0%)	(24,8%)
Não Circulante	619,4	531,6	396,6	16,5%	34,1%
Provisão para abandono	262,2	281,1	228,9	(6,7%)	22,8%
Empréstimos e financiamentos	357,2	250,5	167,7	42,6%	49,4%
Patrimônio Líquido	2.689,2	2.590,0	2.441,5	3,8%	6,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.468,1	3.232,2	3.071,7	7,3%	5,2%

∆H – Análise Horizontal – percentual resultante da comparação entre os períodos
* Reapresentadas

Caixa (Equivalentes de Caixa, Aplicações Financeiras e Caixa Restrito)

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa (equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito) foi de R$1.366,7 milhões, apresentando um aumento em relação aos níveis registrados em 31 de dezembro de 2014, no valor de R$1.156,5 milhões. Esse aumento reflete (i) o caixa proveniente dos créditos da FINEP, que aumentaram em R$117,8 milhões, com objetivo de financiar o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta; e (ii) rendimentos advindos da valorização dos fundos cambiais e investimentos atrelados à taxa SELIC, parcialmente compensados pelo pagamento do bônus de assinatura de R$100,0 milhões referentes aos blocos adquiridos da 13ª Rodada de Licitações da ANP.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de caixa (equivalentes de caixa, aplicações financeiras e caixa restrito) foi de R$1.156,5 milhões, apresentando um aumento em relação aos níveis registrados em 31 de dezembro de 2013, no valor de R$146,6 milhões. Esse aumento reflete o caixa proveniente dos créditos da FINEP, que passaram de R$169,3 milhões para R$253,6 milhões, com objetivo de financiar o Sistema de Produção Antecipada do Campo de Atlanta.

Impostos e contribuição a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar totais (circulante e não circulante) atingiram R$80,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, contra R$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando um aumento de 100,6%. Este valor refere-se basicamente a créditos resultantes do sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras dos fundos de investimento, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

Os impostos e contribuições a recuperar totais (circulante e não circulante) atingiram R$40,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, contra R$12,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 898%. Este valor refere-se basicamente a créditos resultantes do sistema de cobrança semestral do imposto de renda sobre a rentabilidade das carteiras dos fundos de investimento, denominado “come cotas”. A retenção desse imposto é calculada tomando como base a menor alíquota de cada tipo de fundo (alíquota de 20% para os fundos de curto prazo e de 15% para os fundos de longo prazo).

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2015, o imobilizado totalizou R$928,6 milhões, comparado com um saldo de R$1.178,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando uma redução de 21,2%. Esta variação refere-se basicamente a: (i) baixa do bloco exploratório BM-J- 2, no montante de R$332,5 milhões; (ii) adições ao bloco em desenvolvimento BS-4 no montante de R$75,2 milhões; (iii) reversão da provisão de abandono dos campos de Camarão Norte e Manati, no montante de R$18,6 milhões e R$108,5, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, o imobilizado totalizou R$1.178,6 milhões, comparado com um saldo de R$1.114,2 milhões em 31 de dezembro de 2013, representando um aumento de 5,8%. Esta variação refere-se basicamente a: (i) adições do bloco exploratório BM-J- 2, no montante de R$4,4 milhões e BM-S-8 no montante de R$27,2 milhões; (ii) adições ao bloco em desenvolvimento BS-4 no montante de R$162,5 milhões que incluem os gastos com serviços de perfuração; (iii) adições ao Campo de Manati no montante de R$18,7 milhões; (iv) baixa do poço Biguá e do poço de extensão de Carcará, ambos localizados no Bloco BM-S-8, nos montantes de R$29,4 milhões e R$2,3 milhões, respectivamente; (v) baixa do Bloco CAL-M-312, parte da concessão BM-CAL-12, no montante de R$824 mil; e (vi) baixa do Bloco BM-CAL-5, no montante de R$33,2 milhões.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2015, o intangível totalizou R$728,4 milhões, comparado com R$630,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. O aumento resulta da aquisição dos blocos SEAL-M-351 no valor de R$63,9 milhões e SEAL-M-428 no valor de R$36,1 milhões

Em 31 de dezembro de 2014, o intangível totalizou R$630,5 milhões, comparado com R$631,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, permanecendo essencialmente inalterado.

Fornecedores

A Companhia possuía um saldo de contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013, respectivamente, de R$71,7 milhões, R$35,2 milhões e R$160,2 milhões. O aumento no saldo de contas a pagar a fornecedores entre os exercícios de 2014 e 2015 decorreu das aquisições para início das atividades do Bloco BS-4. Já a redução entre os exercícios de 2013 e 2014 decorreu, sobretudo, dos pagamentos aos fornecedores realizados apos a conclusão das atividades de perfuração e completação no Campo de Atlanta, bem como das menores provisões de pagamentos futuros relacionados ao Campo.

Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de empréstimos e financiamentos era R$369,6 milhões, comparado com R$253,2 milhões em 31 de dezembro de 2014. O aumento decorre do novo desembolso da linha de crédito tomada pela controlada QGEP ao BNB. Em 31 de dezembro de 2015, os valores desembolsados junto à FINEP e ao BNB totalizaram R$253,7 milhões e R$117,9 milhões, respectivamente, comparados ao montante de R$253,2 milhões referente à FINEP, em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de empréstimos e financiamentos era $167,9 milhões. O aumento entre os anos de 2013 e 2014 deveu-se aos desembolsos realizados em 2014 na referida linha de crédito mantida junto a FINEP.

Principais Alterações no Fluxo de Caixa Consolidado

A tabela a seguir apresenta os valores relativos às principais alterações no fluxo de caixa consolidado nas datas indicadas:

Demonstração do Fluxo de Caixa (R$ milhões)					
	2015	**2014**	**2013**	**%Variação 2015/2014**	**%Variação 2014/2013**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	545,5	333,9	376,4	63,3%	(7,4%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(599,1)	(602,7)	(1.036,2)	(0,6%)	(40,4%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	79,2	25,0	144,0	216,6%	(82,6%)

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 2015, o caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais aumentou em R$211,4 milhões, o que equivale a um aumento de 63% em comparação ao ano anterior, passando de R$333,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$545,5 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Em 2014, o caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais diminuiu em R$28,0 milhões, o que equivale a uma redução de 11,3% em comparação ao ano anterior, passando de R$376,4 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R$333,9 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento

No biênio 2014/2015, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de investimento diminuiu em R$559,1 milhões, equivalente a uma redução de 0,6% comparado ao ano anterior, passando de R$602,7 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$599,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esta redução ocorreu, principalmente, por ter havido captação de empréstimos, além de menos adições ao imobilizado, já que grande parte das adições relacionadas às atividades operacionais do Campo de Atlanta, no Bloco BS-4, e ao poço Alto de Canavieiras, no Bloco BM-J-2, foram concentradas no ano de 2013.

No biênio 2013/2014, nosso caixa líquido aplicado nas atividades de investimento diminuiu em R$433,4 milhões, equivalente a uma redução de 41,8% comparado ao ano anterior, passando de R$1.036,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R$602,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esta redução ocorreu pelo mesmo motivo informado no parágrafo acima para o biênico 2014/2015 (menos adições ao imobilizado).

Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento

Em 2015, nosso caixa líquido gerado nas atividades de financiamento teve um aumento de R$54,1 milhões (216,6%), passando de um crédito de R$25 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$79,2 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento é decorrente da liberação do empréstimo do BNB.

Em 2014, nosso caixa líquido gerado nas atividades de financiamento teve uma redução de 82,6%, ou R$119,0 milhões, passando de um crédito de R$144,0 milhões em 31 de dezembro de 2013 para um crédito R$25 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução é decorrente principalmente de um menor desembolso da linha de crédito do empréstimo da FINEP no ano de 2014 em relação ao ano de 2013.

a) Resultado das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas são originárias da produção e comercialização de hidrocarbonetos produzidos no Campo de Manati, incluindo gás e condensado. O gás natural produzido no Campo de Manati é vendido em sua totalidade para a Petrobras, nos termos de um contrato de longo prazo, enquanto o condensado produzido naquele campo é vendido para a Dax Oil Refino S.A. ("Dax Oil"). O quadro abaixo resume a participação das vendas de gás e de condensado na nossa receita nos exercícios de 2015, 2014 e 2013:

	2015	2014	2013
Gás	97%	95%	95%
Condensado	3%	5%	5%

Eventualmente, nossas receitas poderão advir da venda de participação em concessões de blocos exploratórios ou campos em produção.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2015, houve a devolução do Bloco BM-J-2 para a ANP afetando negativamente o nosso resultado em R$332,5 milhões

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Alterações de preços e volumes

A nossa receita operacional é preponderantemente proveniente da venda *take-or-pay* de gás natural produzido no Campo de Manati para a Petrobras, com base em um contrato de longo prazo. O preço de gás é denominado em Reais e reajustado em bases anuais de acordo com índice contratual atrelado a inflação.

Adicionalmente, temos um contrato com a Dax Oil para a venda de condensado, cujo preço está indexado a cotação do petróleo (Brent) no mercado internacional.

Além das variações decorrentes dos preços fixados acima descritas, nossa receita operacional também é diretamente afetada por alterações de volumes vendidos de gás natural e condensado.

Alterações de taxas de câmbio

Atualmente a maior parte das nossas receitas é denominada em Reais, assim como a maior parte dos custos de produtos vendidos. No entanto, parte relevante dos nossos investimentos em exploração e desenvolvimento é atrelada ao Dólar norte-americano e, por esta razão, um aumento de nossa atividade exploratória ou desenvolvimento de campos poderá aumentar nossa exposição às variações na taxa de câmbio.

No curto prazo e médio prazo, de forma a mitigar este descasamento cambial entre o caixa e seus investimentos, a QGEP, seguindo sua Política de Gestão de Risco de Mercado, protege parte de seu caixa das variações da taxa de câmbio por meio de *hedge* natural (caixa offshore em dólares), aplicação em fundo cambial exclusivo e, para *hedge* de contratos pontuais, contratação de instrumentos derivativos (Futuro, NDF – *non deliverable forward* - ou Opção).

No médio e longo prazo, com a entrada em operação de novos projetos, como o Campo de Atlanta e de Carcará, a produção de óleo criará um *hedge* cambial natural entre geração operacional e investimentos dolarizados.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A situação financeira da Companhia e o resultado de nossas operações são influenciados pelo cenário macroeconômico brasileiro e pela variação de preços dos principais insumos e produtos, especialmente do petróleo, do câmbio e da taxa de juros.

A inflação e as taxas de juros de referência podem influenciar os nossos resultados, na medida em que podem gerar maior ou menor disponibilidade de renda, reduzir ou expandir a atividade econômica, ou afetar o volume de investimentos na economia.

Inflação

A variação dos índices de inflação afeta as nossas receitas e despesas, tendo em vista que o contrato de venda de gás natural proveniente do Campo de Manati celebrado com a Petrobras, assim como os contratos com nossos prestadores de serviços, são reajustados por índices atrelados à inflação. Os insumos que utilizamos podem sofrer também pressão inflacionária.

Taxas de juros

52% do subcrédito da FINEP é prefixada e 48% é atrelada à Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), ficando a Companhia exposta a variações desta taxa nesta proporção. Adicionalmente, as variações das taxas de juros do mercado local e internacional poderiam afetar a liquidez e, consequentemente, influenciar a alavancagem futura da Companhia e sua facilidade em obter recursos junto às instituições financeiras.

Cabe ressaltar que, atualmente, não utilizamos derivativos, tais como swaps tradicionais, com o propósito de anular oscilações da TJLP perante estas captações de recursos em instituições financeiras brasileiras.

A tabela de sensibilidade a seguir, com informações de 31 de dezembro de 2015, diz respeito a uma variação eventual de receitas ou despesas associadas às operações e cenários estimados, sem considerar seus valores de mercado.

Análise de sensibilidade para a taxa de juros

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Operação	Saldo em 31.12.2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015					
Equivalente de caixa e aplicações financeiras	783.171	Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016			14,86%	11,15%	7,43%
Equivalente de caixa e aplicações financeiras -cenário de sensibilidade		Redução do CDI	899.550	866.132	832.714
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:					
Receita financeira estimada			116.379	82.961	49.543
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes (redução)			-	(33.418)	(66.837)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

Operação	Saldo em 31.12.2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Taxa efetiva em 31 de dezembro de 2015					
Caixa restrito:	69.778	Redução do CDI			
Taxa anual estimada do CDI para 31 de dezembro de 2016			14,86%	11,15%	7,43%
Fundo da provisão de abandono - estimado:		Redução do CDI	80.147	77.170	74.192
Efeito no resultado e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016:			99.684	95.980	92.277
Receita financeira estimada			12.897	9.193	5.490
Efeito estimado na receita de aplicações financeiras para o período de 12 meses subsequentes (redução):			-	(3.703)	(7.406)

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Operação	Saldo em 31.12.2015	Risco	Cenário provável (a)	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Empréstimos e financiamentos					
FINEP	129.587	Alta da TJLP	129.587	129.587	129.587
Empréstimos e financiamentos					
Taxa estimada da TJLP para 31 de dezembro de 2016		Alta da TJLP	7%	8,75%	10,50%
Despesa estimada para o período de 12 meses subsequentes			9.071	11.498	13.924
Empréstimos e financiamentos- estimado			138.658	141.085	143.511
Efeito estimado nas despesas de empréstimos e financiamentos para o período de 12 meses subsequentes			-	2.427	4.853

Taxa de Câmbio

Nossa exposição ao risco cambial está atrelada à provisão de abandono dos poços perfurados, bem como aos investimentos, que são parcialmente indexados ao Dólar norte-americano.

Em função da moeda funcional da Companhia ser o Real, somos beneficiados pela valorização do Real perante o Dólar norte-americano na medida em que a apreciação da moeda nacional gera um ganho cambial sobre nossa provisão de abandono dos poços, que é indexada ao Dólar norte-americano. Nesse sentido, uma depreciação do Real perante o Dólar norte-americano gera uma perda cambial contábil sobre nossa provisão para abandono de poços. Esse é um impacto com efeito não caixa, uma vez que a provisão financeira para o abandono possui aplicações em fundo com exposição ao dólar.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia, cujo objetivo é formalizar as medidas elegíveis de mitigação de nossa exposição e de nossas controladas aos riscos de mercado não inerentes à atividade de exploração e produção de óleo e gás. Tal política determina condições e limites para o uso de instrumentos derivativos, como Futuro, NDF (*non deliverable forward*), Opções, aplicações em fundos cambiais e caixa em dólar, que poderão ser contratados somente com o objetivo de *hedge* (proteção).

A expansão de nossas atividades resultará em um aumento de nossa exposição à moeda estrangeira, à medida que o Dólar norte-americano representa moeda padrão do mercado internacional de petróleo

e gás. Esta exposição é mitigada no curto e médio prazo por aplicação em fundo cambial exclusivo e, para *hedge* de contratos pontuais, contratação de instrumentos derivativos (Futuro, NDF – *non deliverable forward* - ou Opção), seguindo sua Política de Gestão de Risco de Mercado da Companhia.

No médio e longo prazo, com a entrada em operação de novos projetos, como o Campo de Atlanta e de Carcará, a produção de óleo criará um *hedge* cambial natural entre geração operacional e investimentos dolarizados, decorrente do fato de o valor das reservas de petróleo serem vinculadas ao Dólar norte-americano.

A Política está sujeita à revisão pelo Conselho de Administração de tempos em tempos e para melhor adequação aos cenários mencionados.

A tabela de sensibilidade abaixo diz respeito a uma valorização do dólar em relação ao Real e o impacto sobre o instrumento financeiro derivativo contratado pela Companhia e transações indexadas em dólar norte - americano.

	Consolidado 31/12/2015				
	Risco	Cenário provável (a)		Cenário	
		Saldo em USD	Saldo em R$	Possível (25%)	Remoto (50%)
Dólar efetivo em 31 de dezembro de 2015 (R$3,90)					
Operação					
Fundo cambial	Redução do US$	107.734	420.680	420.680	420.680
Taxa anual estimada do dólar para 31 de dezembro de 2016			4,19	3,14	2,10
Fundo cambial					
Efeito no resultado e patrimônio líquido de cada incremento na valorização do USD em relação ao real:			451.405	338.554	225.703
Resultado líquido estimado para o período de 12 meses subsequentes			30.726	(82.126)	(194.177)
Efeito líquido estimado no resultado financeiro para o período de 12 meses subsequentes			-	(112.851)	(225.703)

(a) Cenário provável da taxa de juros CDI para o período de um ano em 31 de dezembro de 2016, de acordo com o relatório Focus em 26 de fevereiro de 2016, emitido pelo Banco Central do Brasil.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Atuamos somente no segmento de exploração e produção de petróleo e gás natural ("E&P"). Desde nossa constituição, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2 de novembro de 2012, nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") constituiu a Atlanta Field B.V ("AFBV") para aquisição e afretamento de parte dos equipamentos necessários para o desenvolvimento do Campo de Atlanta. Em 12 de fevereiro de 2013, a QGEP vendeu a totalidade de sua participação na AFBV para a QGEP Netherlands B.V. ("QGEP Netherlands").

A QGEP Netherlands foi constituída em 31 de janeiro de 2013, com sede na cidade de Roterdã, na Holanda, controlada integral da QGEP com o capital social de US$1. QGEP Netherlands é uma companhia holandesa e tem como objeto social incorporar, gerenciar e supervisionar empresas; realizar todos os tipos de atividades industriais e comerciais; bem como todas e quaisquer coisas que estejam relacionadas às atividades descritas.

Em 21 de fevereiro de 2013, OGX Netherlands Holding B.V, e FR Barra 1 S.à r.l., em função da parceria com a QGEP na concessão do Bloco BS-4, ingressaram na estrutura da AFBV, passando a deter 40% e 30%, respectivamente, de participação na AFBV. Em decorrência do ingresso dos novos sócios, a QGEP Netherlands passou a deter participação de 30% na AFBV.

Em 3 de outubro de 2013, foi constituída a QGEP Internacional GmbH ("QGEP International"), com sede na cidade de Viena, Áustria, controlada integral da QGEPP, com o capital social integralizado de EUR35.000. A QGEP International tem como objeto social aquisição de empresas na Áustria e exterior, constituição e gestão de empresas subsidiárias na Áustria e exterior e gestão de seus ativos.

Exceto pelas operações acima descritas, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, não constituímos, adquirimos ou alienamos qualquer participação societária relevante que tenha causado ou que se espera que venha a causar efeito relevantes nas demonstrações financeiras ou resultados da nossa Companhia.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 14 de maio de 2013, a nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") adquiriu participação em 8 blocos na 11ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e desembolsou R$94,9 milhões em bônus de assinatura pela participação nos blocos exploratórios em questão. Como parte do compromisso assumido com a ANP, a QGEP arcará com a aquisição de dados sísmicos com a finalidade de avaliar o potencial exploratório destes blocos com investimento líquido estimado em, aproximadamente, US$49 milhões nos próximos dois anos. Além disso, quatro poços exploratórios deverão ser perfurados nos blocos adquiridos.

Em 8 de outubro de 2015, a QGEP adquiriu participação em 2 blocos na 13ª Rodada de Licitações da ANP e desembolsou R$100 milhões em bônus de assinatura pela participação nos blocos exploratórios em questão. Como parte do compromisso assumido com a ANP, a QGEP deverá investir n a aquisição

de dados sísmicos com a finalidade de avaliar o potencial exploratório destes blocos. O investimento em aquisição de dados sísmicos está estimado entre US$15-20 milhões nos próximos cinco anos.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Administração da Companhia identificou a necessidade de reapresentar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente.

A reapresentação tem como objetivo retificar os efeitos do reconhecimento contábil da remensuração da provisão de abandono, quando aplicável, a luz da interpretação do CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) e ICPC12 (Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares).

As alterações nas demonstrações financeiras ora apresentadas decorrem dos efeitos dos registros contábeis da variação cambial da moeda norte americana, uma das premissas utilizadas na remensuração da provisão para abandono de áreas em desenvolvimento e áreas produtoras de hidrocarbonetos. O efeito da referida variação cambial vinha sendo registrado contabilmente como resultado financeiro líquido e ora passa a ser registrado em contrapartida ao ativo imobilizado nas demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e nas demonstrações financeiras comparativas que estão sendo reapresentadas (referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013)

Os reflexos contábeis no consolidado decorrentes do registro da variação cambial no ativo imobilizado, recálculo de depreciação/amortização e remensuração das despesas de imposto de renda e contribuição social/ impostos e contribuições a recuperar, bem como os reflexos contábeis na controladora nas rubricas de investimentos no ativo não circulante e no resultado de equivalência patrimonial em investida, estão sendo reapresentados conforme requerido pelo CPC 23 – Politicas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro.

Embora a reapresentação das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 tenha resultado em maior resultado líquido naqueles exercícios, os dividendos propostos e pagos aos acionistas com base nas demonstrações financeiras preparadas pela legislação societária aprovadas em 12 de março de 2015 e 24 de fevereiro de 2014, respectivamente, permanecem atendendo à regra do dividendo mínimo obrigatório da Companhia vigentes naqueles exercícios. Os dividendos pagos excediam (e permanecem excedendo com os saldos reapresentados) o mínimo requerido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As mudanças na forma de contabilização da variação cambial da moeda norte americana para efeitos da provisão de abandono, descritas no item 10.3(a) acima alteraram os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultados da companhia. Os quadros abaixam indicam os ajustes realizados e seus efeitos em nossas demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, conforme revisto para reapresentação:

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

ATIVO	Consolidado		
	31/12/2013 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2013 (Reapresentado)
Circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	10.380	1.711	12.091
Ativos circulantes	1.273.843	-	1.273.843
Total do ativo circulante	1.284.223	1.711	1.285.934
Não circulante			
Imobilizado	1.083.459	30.696	1.114.155
Outros ativos não circulantes	671.639	-	671.639
Total do ativo não circulante	1.755.098	30.696	1.785.794
Total do ativo	3.039.321	32.407	3.071.728
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Passivos circulantes	233.704	-	233.704
Total do passivo circulante	233.704	-	233.704
Passivos não circulantes	396.560	-	396.560
Total do passivo não circulante	396.560	-	396.560
Total do patrimônio líquido	2.409.057	32.407	2.441.464
Total do passivo e patrimônio líquido	3.039.321	32.407	3.071.728

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, conforme revisto para reapresentação:

ATIVO	Consolidado		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	33.692	3.943	37.635
Ativos circulantes	1.306.023	-	1.306.023
Total do ativo circulante	1.339.715	3.943	1.343.658
Não circulante			
Imobilizado	1.121.384	57.233	1.178.617
Outros ativos não circulantes	709.963	-	709.963
Total do ativo não circulante	1.831.347	57.233	1.888.530
Total do ativo	3.171.062	61.176	3.232.238
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Passivos circulantes	110.607	-	110.607
Total do passivo circulante	110.607	-	110.607
Não circulante			

Passivos não circulantes	531.627	-	531.627
Total do passivo não circulante	531.627	-	531.627
Total do patrimônio líquido	2.528.828	61.176	2.590.004
Total do passivo e patrimônio líquido	3.171.062	61.176	3.232.238

Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme revista para reapresentação:

	Controladora		
	31/12/2014 (originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2014 (Reapresentado)
Receita líquida	-	-	-
Custos de mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-
Receitas / despesas operacionais	165.740	28.768	194.508
Resultado operacional antes do resultado financeiro	165.740	28.768	194.508
Resultado financeiro líquido	316	-	316
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	166.056	28.768	211.159
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(13.250)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(3.085)
Lucro líquido do exercício	166.056	28.768	194.824
Resultado líquido do exercício por ação	0,64	-	0,73

c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

As nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, cujos pareceres de auditoria não apresentaram ressalvas, apresentando somente parágrafos de ênfases conforme abaixo indicado.

2015

As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.28, em decorrência dos efeitos contábeis descritos na referida nota explicativa, os valores correspondentes individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como os relativos as demonstrações do

resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e a IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e a IAS 1 - Presentation of Financial Statements. A opinião dos auditores independentes não contém modificação relacionada a esse assunto.

2014

As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, requeridas pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria e estão adequadamente apresentadas.

O relatório do auditor independente foi emitido sem ressalvas.

2013

Diferenças de Práticas Contábeis entre a legislação brasileira e o IFRS. As Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. O relatório do auditor independente foi emitido sem ressalvas com relação a este assunto.

A administração da Companhia entende que a utilização do método de equivalência patrimonial segue os princípios contábeis adotados no Brasil e está amparado pela legislação societária e contábil vigente.

10.5 – Políticas contábeis críticas

Nossa administração entende que adota as políticas contábeis condizentes com as melhores práticas de mercado e com a indústria de exploração e produção de petróleo e gás. Nossas políticas contábeis são definidas e adotadas com o propósito de prover os investidores com informações úteis na tomada de decisão de investimento na Companhia. Para isso, visam representar as nossas transações com neutralidade, prudência e integridade e consideram as seguintes características qualitativas: compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Ademais, a preparação das demonstrações financeiras se baseia em estimativas e julgamentos para o registro de certas operações que afetam os ativos e passivos da Companhia e que não são facilmente obtidos de outras fontes. Nesses casos, as estimativas e respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir de tais estimativas, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

As principais estimativas utilizadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas, depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, premissas para determinação da provisão para abandono de poços e desmantelamento de áreas, expectativa de realização dos créditos tributários e demais ativos, provisão para o imposto de renda e contribuição social, avaliação de instrumentos financeiros e determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, entre eles os ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Segue abaixo um resumo das principais políticas contábeis críticas da Companhia, assim entendidas como aquelas que, se alteradas, acarretariam alteração contábil relevante:

Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem utilizados na campanha de perfuração exploratória e de desenvolvimento. Uma vez utilizados, esses materiais são reclassificados de estoque para imobilizado ou ao resultado. Os estoques de materiais são registrados ao custo de aquisição e ajustados, quando aplicável, ao valor de realização. A classificação do estoque como ativo circulante e não circulante e realizada de acordo com a previsão de sua utilização, conforme plano de exploração e desenvolvimento.

Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias ou cambiais, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável reconhecidos em base *pro rata temporis* até a data do balanço.

10.5 – Políticas contábeis críticas

Gastos exploratórios, de desenvolvimento e de produção de petróleo e gás

Para os gastos com exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás, a Companhia e sua controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”), para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, utilizam critérios contábeis alinhados com as normas internacionais IFRS 6 - Exploration for and evaluation of mineral resources.

Os gastos relevantes com manutenções das unidades de produção, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são registrados no imobilizado, se os critérios de reconhecimento do IAS 16 (CPC 27) forem atendidos. Essas manutenções ocorrem, em média, a cada cinco anos e seus gastos são depreciados até o início da parada seguinte e registrados como custo de produção.

O IFRS 6 permite que a Administração defina sua política contábil para reconhecimento de ativos exploratórios na exploração de reservas minerais. A Administração definiu sua política contábil para exploração e avaliação de reservas minerais considerando critérios que no seu melhor julgamento representam os aspectos do seu ambiente de negócios e que refletem de maneira mais adequada as suas posições patrimonial e financeira. Os principais critérios contábeis adotados são:

- Direitos de concessão exploratória e bônus de assinatura são registrados como ativo intangível;

- Os gastos com perfuração de poços onde as avaliações de viabilidade não foram concluídas permanecem capitalizados no imobilizado até a sua conclusão. Gastos de perfuração de poços exploratórios bem-sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, são capitalizados, enquanto os determinados como não viáveis (dryhole) são registrados diretamente na demonstração de resultado na conta de custos exploratórios para a extração de petróleo e gás.

- Outros gastos exploratórios que não relacionados ao bônus de assinatura são registrados na demonstração do resultado em custos exploratórios para a extração de petróleo e gás (custos relacionados com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, planejamento da campanha de perfuração, estudos de licenciamento, gastos com ocupação e retenção de área, impacto ambiental, outros).

- Para transações de farm-in em que a Companhia tem efetuado contratos para suportar financeiramente gastos exploratórios do parceiro que procedeu a venda de participação nos blocos exploratórios (Farmor) e/ou “carrego”. Esses gastos compromissados são refletidos nas demonstrações financeiras quando do respectivo progresso dos futuros gastos exploratórios.

Os ativos imobilizados representados pelos ativos de exploração, desenvolvimento e produção são registrados pelo valor de custo e amortizados pelo método de unidades produzidas que consiste na relação proporcional entre o volume anual produzido e a reserva total provada do campo produtor. As reservas provadas utilizadas para cálculo da amortização (em relação ao volume mensal de produção) são estimadas por geólogos e engenheiros de petróleo externos de acordo com padrões internacionais e revisados anualmente ou quando há indicação de alteração significativa. Atualmente, apenas os gastos relacionados com o campo de Manati vêm sendo amortizados, por ser o único campo em fase de produção.

10.5 – Políticas contábeis críticas

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição, incluindo juros e demais encargos financeiros de empréstimos e financiamentos usados na formação de ativos qualificáveis deduzidos da depreciação e amortização acumuladas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia apresenta substancialmente, em seu ativo intangível, os gastos com aquisição de concessões exploratórias e os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para obtenção de concessão para exploração de petróleo ou gás natural. Os mesmos são registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e serão amortizados pelo método de unidade produzida em relação às reservas provadas.

A Administração efetua anualmente avaliação qualitativa de seus ativos exploratórios de óleo e gás com o objetivo de identificar fatos e circunstâncias que indiquem a necessidade de *impairment*, apresentados a seguir:

- Período de concessão para exploração expirado ou a expirar em futuro próximo, não existindo expectativa de renovação da concessão;

- Gastos representativos para exploração e avaliação de recursos minerais em determinada área/bloco não orçados ou planejados pela Companhia ou parceiros;

- Esforços exploratórios e de avaliação de recursos minerais que não tenham gerado descobertas comercialmente viáveis e os quais a Administração tenha decidido por descontinuar em determinadas áreas/blocos específicos;

- Informações suficientes existentes e que indiquem que os custos capitalizados provavelmente não serão realizáveis mesmo com a continuidade de gastos exploratórios em determinada área/bloco que reflitam desenvolvimento futuro com sucesso, ou mesmo com sua alienação.

A obrigação futura com desmantelamento de área de produção é registrada no momento da perfuração do poço após a declaração de comercialidade de cada campo e tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área e também quando exista possibilidade de mensurar os gastos com razoável segurança, como parte dos custos dos ativos relacionados (ativo imobilizado) em contrapartida à provisão para abandono, registrada no passivo, que sustenta tais gastos futuros (Nota explicativa 16). A provisão para abandono é revisada anualmente pela Administração, ajustando-se os valores ativos e passivos já contabilizados. Revisões na base de cálculo das estimativas dos gastos são reconhecidas como custo do imobilizado e as variações cambiais apuradas são alocadas diretamente no resultado do exercício.

Avaliação do valor recuperável dos ativos

De acordo com o CPC 01 (Redução do Valor Recuperável dos Ativos), os bens do imobilizado, intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor

recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Administração da Companhia não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, para 31 de dezembro de 2015, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos (*Impairment*).

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros incorridos *pro rata temporis* e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço.

Provisão para processos judiciais

A provisão para processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos com expectativa de “perda provável”, com base na opinião dos Administradores e assessores legais externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos. Riscos com expectativa de “perda possível” são divulgados pela Administração, mas não registrados.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicáveis, apenas quando e até o montante que possa ser considerado como de realização provável pela Administração, de acordo com modelo de negócios aprovados pela Administração.

Incentivos fiscais

Federais: Por possuir o Campo de Manati, que está localizado na área de abrangência da Sudene, a QGEP, detém o direito de redução de 75% do imposto de renda e adicional, calculados com base no Lucro da Exploração durante 10 (dez) anos, usufruindo deste benefício a partir do exercício de 31 de dezembro de 2008. O valor correspondente ao incentivo foi contabilizado no resultado da QGEP e posteriormente transferido para a reserva de lucros - incentivos fiscais, no patrimônio líquido.

Este benefício está enquadrado como subvenção de investimento, atendendo às normas prevista no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Estaduais:

De acordo com o Decreto 13.844/12, do Governo da Bahia, a QGEP usufrui de um crédito presumido de 20% do imposto estadual incidente - ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) nas saídas de gás natural devido ao investimento em unidade de compressão com o objetivo de viabilizar a manutenção da produção. Este benefício irá perdurar até 2022.

Essa subvenção para investimento do ICMS é registrada na QGEP sob a rubrica "impostos incidentes sobre as vendas" e posteriormente, quando do encerramento do exercício, é destinada à rubrica de "Reservas de lucros - incentivos fiscais" no patrimônio líquido, atendendo às normas prevista no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

Acordos de pagamentos baseados em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados, a serem liquidados com instrumentos patrimoniais, são mensurados pelo valor justo na data da outorga.

O valor justo das opções concedidas é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio liquido ("plano de opção de ações"). No final de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Plano de Opções de Ações" que registrou o benefício aos empregados.

Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia e de sua controlada QGEP. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e sua controlada QGEP forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) ativos financeiros "disponíveis para venda" e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e

finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido, por meio de norma ou prática de mercado.

1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquiridos principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia e sua controlada QGEP possuem equivalentes de caixa (CDB's e debêntures compromissadas e fundo de investimento exclusivo) e aplicações financeiras classificadas nesta categoria.

2. Investimentos mantidos até o vencimento

Incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a obrigação contratual, intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. A Companhia e sua controlada QGEP possuem caixa restrito classificado nesta categoria.

3. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.
A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A Companhia e sua controlada QGEP possuem contas a receber, caixa e depósitos bancários (na rubrica de equivalentes de caixa) classificados nesta categoria.

4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou

Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o valor da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido por provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”. A Companhia e sua controlada QGEP não possuem passivos financeiros a valor justo.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Baixa de passivos financeiros

A Companhia e sua controlada QGEP baixam passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem.

Moeda funcional

A moeda funcional da QGEPP assim como de sua controlada brasileira QGEP, em operação, utilizada na preparação das demonstrações financeiras, é a moeda corrente do Brasil - Real (R$), sendo a que melhor reflete o ambiente econômico no qual o Grupo está inserido e a forma como é gerido. As controladas sediadas na Holanda e na Áustria e a controlada em conjunto, sediada na Holanda, utilizam o dólar norte americano (US$) como moeda funcional.

Essa definição da moeda funcional foi baseada na análise dos seguintes indicadores, conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02.

Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços

Moeda na qual são obtidos ou investidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras; Moeda na qual são normalmente acumulados os valores recebidos de atividades operacionais (venda dos derivados de petróleo).

Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na demonstração do resultado abrangente, na linha de outros resultados abrangentes.

Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua controlada QGEP e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Demonstração do fluxo de caixa (DFC)

Esta demonstração é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes e partes relacionadas, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos e encargos financeiros. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento

incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Resultado líquido por ação

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações mantidas em tesouraria no exercício.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) Contratos de construção não terminada; e (v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém ativos e passivos que não sejam registrados nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

b) Natureza e o propósito da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2013, 2014 e 2015.

a) Investimentos

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Despesas de Capital R$	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Exploração	113	959	401	0	1.473
Desenvolvimento	225	158	5	0	388
Total	337	1.117	406	0	1.861

O quadro acima contempla investimentos exploratórios planejados para os próximos anos em poços previstos no Programa Exploratório Mínimo (PEM), investimentos no desenvolvimento do Sistema de Produção Antecipado de Atlanta aprovados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) (PAD), bem como em poços em andamento e investimentos exploratórios aprovados e não contingentes.

Investimentos em poços exploratórios contingentes, bem como no desenvolvimento da produção de outros blocos, não estão descritos, uma vez que estes investimentos podem estar sujeitos à confirmação de novas descobertas. Estes investimentos podem incluir estudos de reservatórios, aquisição de dados de geologia e geofísica, perfuração de poços de produção e exploração, de injeção de água, de injeção de gás, sistemas de coleta da produção, plantas de gás natural, dutos de interligação dos campos e sistemas de estocagem da produção de óleo e condensado.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos captados na nossa Oferta Pública Inicial de Ações realizada em 2011, juntamente com as dívidas estruturadas e o fluxo de caixa gerado pelos projetos, permitirão a continuidade do nosso plano de investimentos, bem como aquisição de novos ativos. Oportunamente, poderemos participar, preferencialmente com participações minoritárias, em Bacias emergentes que demonstrem a existência de prêmios consideráveis e/ou upsides que possam compensar os riscos destes projetos. Avaliamos, de forma contínua, oportunidades de entrada em novos ativos por meio de “farm-ins” ofertados no mercado brasileiro e na participação seletiva em novas rodadas de licitação promovidas pela ANP, sempre que estiverem alinhados com as estratégias da Companhia e apresentarem a possibilidade de retorno atraente aos nossos investimentos.

A linha de crédito tomada junto à Finep – Financiadora de Estudos e Projetos financiará 90% dos investimentos no desenvolvimento do Sistema de Produção antecipado do Campo de Atlanta. Os 10% restantes serão investidos com recursos próprios da Companhia.

Já a linha de crédito obtida junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. financiará 70% do investimento exploratório em 2 poços no nordeste brasileiro.

Adicionalmente, podemos continuar recorrendo a fontes de recursos de terceiros, de acordo com a disponibilidade de crédito e das condições de mercado, disponíveis para campos em fase de desenvolvimento e produção ou aquisições.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não possuímos processo de desinvestimento de ativos em andamento. Cabe ressaltar, no entanto, que são práticas da indústria do petróleo a realização de contratos de farm-in e farm-out. Podemos, eventualmente, assinar tais tipos de contratos no futuro, caso isso represente benefícios para nossos negócios e acionistas. A assinatura destes contratos, se houver, poderá representar investimentos e desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Pretendemos apresentar ofertas nos leilões futuros da ANP para a aquisição de direitos de concessão de blocos que nossa Administração tenha definido como áreas potenciais favoráveis para as atividades de exploração e produção.

Nesse contexto, em 14 de maio de 2013, a nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) adquiriu participação em 8 blocos exploratórios na 11ª Rodada de Licitações da ANP, sendo o operador em 5 concessões. O resultado da licitação foi homologado pela ANP em 31 de maio de 2013 e a Companhia, em 30 de agosto de 2013, assinou os contratos de concessão dos seguintes blocos: ES-M- 598, ES-M-673, CE-M-661, PAMA-M-265, PAMA-M-337 e FZA-M-90. Os contratos de concessão dos blocos PEPB-M-894 e PEPB-M-896 foram assinados em 17 de setembro de 2013

Em 8 de outubro de 2015, a QGEP adquiriu participação de 100% em 2 blocos na 13ª Rodada de Licitações da ANP: SEAL-M-351 e SEAL-M-428.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não possuímos plano de negócios relativos a novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Apresentamos a seguir outras informações que consideramos relevantes para a leitura e o entendimento do nosso desempenho operacional.

Considerando a atual situação da parceira OGX Petróleo e Gás S.A., a qual se encontra em recuperação judicial, a QGEP está monitorando este processo visando à mitigação de riscos eventualmente associados ao cumprimento das obrigações de pagamento e investimentos dessa consorciada.

Anexo B

(Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício)

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

(Conforme art. 9º, §1º, inciso II, da Instrução CVM 481).

Anexo 9-1-II

1. **Informar o lucro líquido do exercício:**

   O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R$93.613.749,80.

2. **Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

   A administração da Companhia propõe a destinação de R$38.677.840,95 a título de dividendos, correspondendo a R$0,15 por ação ordinária, conforme política de dividendos aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2015.
   No valor acima proposto para distribuição como dividendos estão inclusas a distribuição do dividendo obrigatório no valor de R$889,33 e a distribuição adicional no montante de R$38.676.951,62, conforme decisão em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, ocorrida em 07 de março de 2016.

3. **Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

   A proposta da Administração é a distribuição do equivalente a 41% do lucro líquido do ano.

4. **Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

   Não aplicável, dado que não foram distribuídos dividendos ou declaração de juros sobre capital próprio com base em lucros de exercícios anteriores.

5. **Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

   A administração propõe o pagamento de dividendos no valor de R$0,15 para cada ação ordinária. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital**

próprio.

O pagamento dos dividendos ocorrerá em 28 de abril de 2016. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável, dado que não há incidência de atualização e juros e sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data da declaração de pagamento dos dividendos a ser considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento é dia 12 de abril de 2016, data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Não haverá pagamento de juros sobre capital próprio.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Não aplicável

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores, em Reais. [(1)]

	2015	2014	2013	2012
Lucro líquido do exercício	93.613.749,80	166.055.525,13	192.242.446,89	82.468.112,40
Média ponderada de ações ordinárias.	257.852.273	259.325.090	261.110.437	264.550.722,25

Lucro líquido por ação ordinária – básico.	0,36	0,63	0,74	0,31

O lucro líquido básico por ação ordinária é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no exercício.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores [1], em Reais.

	2015	2014	2013	2012
Total de dividendos	R$38.677.840,95 [2]	R$38.677.840,95	R$40.000.000,00	R$783,45
Dividendos por ação ordinária	R$0,15	R$0,15	R$0,15	R$0,000003

(1) Valores calculados com base nas ações em circulação em 31 de dezembro de cada ano.

(2) Valor proposto para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 12 de abril de 2016.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

O montante destinado à reserva legal será de R$4.680.687,49.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Lucro líquido do exercício	93.613.749,80
(x) Percentual destinado à Reserva Legal	5%
Destinação da Reserva Legal de 2015	4.680.687,49
Destinação de Reserva Legal de exercícios anteriores[1]	3.058.765,41
Total de destinação de reserva legal	7.739.452,90

(1) Valor referente a distribuição de reserva legal de reservas de investimentos de anos anteriores.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.
Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável, dado que a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do artigo 29 do Estatuto Social da Companhia, o dividendo obrigatório corresponde a 0,001% do lucro líquido do exercício.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente.

O dividendo obrigatório será integralmente pago pela Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável, dado que o dividendo obrigatório será integralmente pago pela Companhia.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável, dado que não há retenção do dividendo obrigatório pela Companhia.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável, dado que o dividendo obrigatório devido será integralmente pago.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável, dado que não haverá retenção do dividendo obrigatório pela Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável, dado que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

O artigo 30 do Estatuto Social da Companhia estabelece que possa ser destinada à Reserva de Investimentos a parcela do lucro líquido remanescente após a destinação do montante exigido para a reserva legal e o dividendo obrigatório. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

O montante a ser destinado à Reserva de Investimentos será de R$47.196.455,95.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Lucro Líquido do Exercício	93.613.749,80
(-) Reserva Legal	(4.680.637,49)
(-) Dividendos Mínimos Obrigatórios	(889,33)
(-) Dividendos Adicionais Propostos	(38.676.951,62)
Valor da Reserva de Investimento	50.256.270,47

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção.

Não aplicável, dado que não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável, dado que não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável, dado que não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável, dado que não houve destinação de resultado para a reserva de

incentivos fiscais.

Anexo C

(Informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	**Data de Nascimento**	**Órgão da administração**	**Data de eleição**	**Prazo do mandato**
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Se foi eleito pelo controlador ou não**
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				**Número de mandatos consecutivos**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	03/09/1953	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
173.714.734-34	Engenheiro civil	20 - Presidente do Conselho de Administração		Sim
Não é membro independente.				3
Não exerce outros cargos ou funções				
José Luiz Alquéres	31/03/1944	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
027.190.707-00	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		Sim
Sim, é membro independente. O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).				3
Não exerce outros cargos ou funções				
Leduvy de Pina Gouvêa Filho	29/06/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
295.618.500-44	Engenheiro de Minas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)		Sim
Não é membro independente.				3
Não exerce outros cargos ou funções				
Luiz Carlos de Lemos Costamilan	05/01/1952	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
109.128.005-34	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		Sim

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	**Data de Nascimento**	**Órgão da administração**	**Data de eleição**	**Prazo do mandato**
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Se foi eleito pelo controlador ou não**
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				**Número de mandatos consecutivos**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia				
Sim, é membro independente. O critério utilizado pela Companhia para determinar a independência foi o estabelecido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA				3
Não exerce outros cargos ou funções				
Maurício José de Queiroz Galvão	23/05/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
233.110.534-00	Engenheiro Civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)		Sim
Não é membro independente.				3
Não exerce outros cargos ou funções				
Ricardo de Queiroz Galvão	27/06/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
784.917.977-34	Engenheiro civil	21 - Vice Presidente Cons. de Administração		Sim
Não é membro independente.				3
Não exerce outros cargos ou funções Não exerce outros cargos ou funções				
José Augusto Fernandes Filho	26/03/1939	Pertence apenas ao Conselho de Administração	Se eleito, em 12/04/2016	2 anos
002.819.564-72	Geólogo	22 - Conselho de Administração (Efetivo)		Sim
Não exerce outros cargos ou funções				
Não é membro independente				2
Sérgio Tuffy Sayeg	30/03/1954	Conselho Fiscal	Se eleito, em 12/04/2016	1 ano
935.221.858-20	Administrador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito		Sim

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	**Data de Nascimento**	**Órgão da administração**	**Data de eleição**	**Prazo do mandato**
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Se foi eleito pelo controlador ou não**
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				**Número de mandatos consecutivos**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia				
		p/Controlador		
Não aplicável.				2
Pertence apenas ao Conselho Fiscal				
Nelson Mitimasa Jinzenji	07/06/1949	Conselho Fiscal	Se eleito, em 12/04/2016	1 ano
208.457.588-53	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim
Não aplicável.				2
Pertence apenas ao Conselho Fiscal				
José Ribamar Lemos de Souza	04/12/1952	Conselho Fiscal	Se eleito, em 12/04/2016	1 ano
080.716.084-91	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		Sim
Não aplicável				2
Pertence apenas ao Conselho Fiscal				
Gil Marques Mendes	16/10/1952	Conselho Fiscal	Se eleito, em 12/04/2016	1 ano
329.729.897-91	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador		Sim
Não aplicável				2
Pertence apenas ao Conselho Fiscal				
Axel Ehrard Brod	15/07/1957	Conselho Fiscal	Se eleito, em 12/04/2016	1 ano
787.729.907-91	Administrador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/controlador		Não
Não aplicável				2

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de Nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Se foi eleito pelo controlador ou não**
Se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência				**Número de mandatos consecutivos**
Outros cargos e funções exercidos na Companhia				
Pertence apenas ao Conselho Fiscal				
William Bezerra Cavalcanti Filho	26/10/1956	Conselho Fiscal	Se eleito, em 12/04/2016	1 ano
530.627.607-53	Economista	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/controlador		Não
Não aplicável				2
Pertence apenas ao Conselho Fiscal				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Antônio Augusto de Queiroz Galvão - 173.714.734-34 O Sr. Antônio Augusto de Queiroz Galvão é formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, fez diversos cursos, como: Engenharia de Petróleo pela Universidade do Texas, de Tecnologia de Perfuração de Poços de Petróleo pela NL Industries e de Otimização de Perfuração pela Universidade de Louisiana, dentre outros. Atualmente, o Sr. Antônio é conselheiro de diversas empresas do grupo Queiroz Galvão. Em sua vida profissional, atuou mais de 24 anos como Diretor da Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. O Sr. Antônio Augusto Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
José Luiz Alquéres - 027.190.707-00 O Sr. José Luiz Alquéres diplomou-se em engenharia civil pela PUC-RJ em 1966. Posteriormente estudou ciências sociais no IFCS-UFRJ e fez cursos de pós-graduação no Brasil, USA e França. Foi professor da PUC- Rio, FAU-UFRJ, IBMEC e FGV. Autor e editor de livros sobre energia, urbanismo e cultura e vários artigos para revistas e jornais sobre energia, urbanismo, administração e negócios. É membro da Academia Nacional de Engenharia, Sócio-Diretor da JLA – JL

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Alquéres Consultores Associados Ltda., uma empresa de consultoria na área de energia e investimentos em infraestrutura. Membro do Conselho Estratégico da ALCOA, Alstom Power, Rio Bravo Investimentos e SN Power. Conselheiro independente da QGEP – Queiroz Galvão Exploração e Produção. Ativo no campo profissional desde 1963 como engenheiro ou diretor-gerente no Brasil e no exterior, em companhias de construção, engenharia, fabricação de equipamentos de grande porte, energia, água e transporte. Foi coordenador de dois PDMA – Plano Diretor Ambiental do Setor Elétrico. Foi Secretário Nacional de Energia em 1992. Presidiu a CERJ, Eletrobrás, Alstom do Brasil, MDU do Brasil, Light Serviços de Eletricidade S.A. Na área financeira trabalhou no BNDES, foi diretor do BNDESPAR, Banco Bozano Simonsen e membro de vários Conselhos: Banco Opportunity, Calyon-Credit Lyonnais, Signatura Lazard-Freres, Arsenal Investimentos, FIP-Pactual, Rio Bravo. Foi membro do Conselho de grandes empresas da área de energia no Brasil como: Itaipu, Furnas, Chesf. Eletrosul, Eletronuclear, Cesp, Cemig, EDP, CPFL e outras. É Vice-Presidente Honorário do World Energy Council, membro do Conselho Executivo do CEBRI- Centro Brasileiro de Relações Internacionais e conselheiro da FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. Ex-Presidente da ACRJ – Associação Comercial do Rio de Janeiro de 2009 a 2011. Além de suas atividades profissionais, José Luiz Alquéres tem participação ativa na área cultural e filantrópica do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, entre os quais MAM – Museu de Arte Moderna, MHN – Museu Histórico Nacional, Sociedade dos Amigos do Museu Imperial e Cruzada do Menor. Condecorado pela França (Officier na Ordre National du Mérite), pelos Estados Unidos (Honorary Citizen of North Dakota), pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro (Medalha Pedro Ernesto) e pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Medalha Tiradentes a Título de Benemérito), é cidadão honorário de municípios do Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O Sr. Alquéres não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Leduvy de Pina Gouvêa Filho - 295.618.500-44 O Sr. Leduvy Gouvea é formado em Engenharia de Mineração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pós-graduado em Engenharia do Petróleo pelo Centro de Treinamento da Petrobras. Possui curso em Programa de Desenvolvimento Executivo pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América. O Sr. Leduvy ocupou diversos cargos durante sua experiência profissional em óleo e gás em empresas como Petrobras, BG Group Plc e Schlumberger, e atualmente é o Diretor Presidente da QGOG Constellation S.A. Além disso, possui extensa experiência internacional, incluindo trabalhos na Líbia, Venezuela, Dubai, França, Bolívia, Estados Unidos e Inglaterra. Atuou na Petrobras durante 17 anos em várias funções gerenciais, no Brasil e no exterior. O Sr. Leduvy Filho não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Luiz Carlos de Lemos Costamilan - 109.128.005-34

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
O Sr. Luiz Costamilan é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e mestre em Engenharia de Petróleo pela Colorado School of Mines, Golden, Co, nos Estados Unidos da América. O Sr. Luiz Costamilan é sócio da Energia do Rio S/A, uma empresa de advisory do setor de energia (óleo e gás) desenvolvendo estratégia para clientes e identificando oportunidades de M&A ligadas a novos investimentos no Brasil. Anteriormente, Costamilan trabalhou no Grupo BG por 9 anos, onde foi presidente da British Gas Brasil e do Cone Sul. Antes de se juntar à BG, Costamilan trabalhou na Petrobras por mais de 23 anos, onde ocupou diversos cargos seniores, incluindo Gerente Geral Corporativo de Novos Empreendimentos, Diretor Executivo de E&P e Vice-presidente Executivo da Petrobras Internacional (Braspetro), e Gerente Geral de Produção de Petróleo e Gás no Espírito Santo e em Sergipe/Alagoas. Costamilan participou de Conselhos de Administração de diversas companhias no Brasil e no exterior. O Sr. Luiz Carlos Costamilan não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Maurício José de Queiroz Galvão - 233.110.534-00 O Sr. Maurício Galvão é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da FESP, Recife-PE. Além disso, possui cursos, como: de solo cimento pela ABCP e em compactação pela Muller. O Sr. Maurício é conselheiro de diversas empresas, dentre elas a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A. e da Construtora Queiroz Galvão S.A. desde o ano de 2009. Possui mais de 33 anos de experiência profissional trabalhando para a Construtora Queiroz Galvão S.A., nos quais se destacam 19 anos como Diretor Executivo, participando de obras de grande porte, tais como a construção do novo terminal de passageiros e pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza; construção do novo terminal de passageiros e do estacionamento de veículos do Aeroporto Internacional dos Guararapes - Gilberto Freyre, em Recife; duplicação das Rodovias BR-101 e 232 em Pernambuco e construção dos Metrôs de Recife e Fortaleza. O Sr. Maurício Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Ricardo de Queiroz Galvão - 784.917.977-34 O Sr. Ricardo de Queiroz Galvão é formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Associação Educacional Veiga de Almeida. Além disso, é graduado pela Business School of Florida International University e cursou gerenciamento pela Broadway e Pfister. O Sr. Ricardo é Presidente da Holding Queiroz Galvão S/A e participa do conselho de diversas empresas, dentre elas a Manati S.A., desde 2005, e a Construtora Queiroz Galvão S.A., desde 2009. Possui mais de 27 anos de experiência profissional trabalhando na Construtora Queiroz Galvão S.A., no qual se destacam 11 anos como Diretor Executivo, participando de grandes obras, como o trecho oeste do Rodoanel Mario Covas entre as Rodovias Régis Bittencourt e Av. Raimundo Pereira de Magalhães e na

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
implantação de unidades para tratamento secundário das estações de tratamento de esgoto da Pavuna e Sarapuí. O Sr. Ricardo Galvão não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
José Augusto Fernandes Filho - 002.819.564-72 O Sr. José Augusto é formado em Geologia e pós-graduado em Geofísica, ambas pela Universidade Federal da Bahia. Ele ocupou o cargo de diretor de exploração e produção, ou E&P, do grupo Queiroz Galvão desde 1996 até sua nomeação como Diretor Presidente da QGEP Participações S.A. em 2010. Em 2012 o Sr. José Augusto deixou sua posição como Diretor Presidente da Companhia para assumir como membro do Conselho de Administração da QGEP Participações S.A. Em sua longa experiência, de mais de 45 anos, o Sr. José Augusto trabalhou como geofísico em várias bacias brasileiras e ocupou cargos de destaque no Brasil e no exterior. Foi superintendente do Distrito de Exploração da Bahia por cerca de nove anos, onde revitalizou a exploração da Bacia do Recôncavo. Atuou também como Gerente Geral da Petrobras na Colômbia, estando submetido a diversos cenários de exploração e produção. A partir de 1996, o Sr. José Augusto se juntou ao Grupo Queiroz Galvão tendo participado das negociações com a Petrobras que levaram à descoberta no Campo de Manati. O Sr. José Augusto não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Sérgio Tuffy Sayeg – 935.221.858-20 O Sr. Sérgio Tuffy Sayeg é administrador de empresas e pós-graduado em mercado de capitais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. professor em cursos de MBA, pós-graduação e educação executiva da Fundação Instituto de Administração – FIA, do Ibmec, do Insper e de entidades do mercado financeiro e de capitais. Qualificado com “Certificação para Conselheiro de Administração por Experiência” e “Certificação para Conselheiro Fiscal por Experiência” pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, “CNPI - Certificação Nacional do Profissional de Investimentos” pela APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e “Certificação Profissional ANBIMA – série 20”. Desde 1976, atua nos mercados financeiro, de capitais e corporativo, tendo trabalhado como executivo e diretor no Unibanco, Banco London Multiplic, Banco Safra, Seller DTVM, Banco Fibra, Dresdner Asset Management, Bolsa de Valores de São Paulo, SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e FIRB – Financial Investor Relations. Membro do Conselho Fiscal da QGEP Participações S.A eleito para o exercício de 2014, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2015. Membro especializado do Comitê de Auditoria do Banco GMAC S.A. (2012 – atual). Conselheiro Fiscal da CSU CardSystem S.A (2008 - atual), Cia. Providência Indústria e Comércio (2012 – 2015) e Marfrig Alimentos S.A. (2010 e 2012), listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, e da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções (2011 – atual). Conselheiro de Administração (2007 – 2009) da Lojas Salfer S.A.. Membro do Audit Committee Institute da KPMG, do EY Board Members Program e

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
das Comissões de Comunicação e da Comunidade de Conselheiros Certificados do IBGC. Conselheiro de Administração (2003 – 2008) e vice-presidente da Comissão Internacional do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. O Sr. Sérgio Tuffy Sayeg não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Nelson Mitimasa Jinzenji - 208.457.588-53 Sr. Nelson Mitimasa Jinzenji é consultor e administrador de empresas, auditor independente, advogado e graduado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, inscrito na OAB-PE sob o nº 14.448, contador graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, inscrito no CRC-SP sob o nº 64.957-T-PEgraduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo, inscrito no CRA-PE sob o nº 0905. Sócio da empresa DIRECTIVOS, Vice-Presidente do IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – 2ª Regional – período de 2001 a 2002 e **Presidente do IBRACON - 2ª Regional, no período de** 2002 a 2003, Presidente do Caxangá Golf e Country Club – mandato de 01/07/2000 a 30/06/2001 e de 1/07/2001 a 30/06/2003, Vice Presidente do Conselho Regional de Contabilidade em Pernambuco – Gestão 2002/2003, **e Presidente do CRC PE - Gestão de** 2004/2005 e 2006/2007, Vice Presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade – Gestão 2008/2009 e 2010/2011, Vogal Titular e Presidente da 3ª Turma de Vogais, da Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE – mandato de 01/01/2007 a 31/12/2010 e de 01/01/2011 a 31/12/2014, Membro do Grupo de Estudos para Auditoria, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC em 2003, 2004 e 2005, Membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em 2004, 2005 e 2006, Membro e Coordenador de Operações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC no período de 2008 a 2011, Membro Suplente do Conselho Fiscal da QGEP Participações S.A eleito para o exercício de 2014, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2014. Membro da Academia Pernambucana de Ciências Contábeis. Condecorado com a Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar, em 07/06/2002, com a Medalha Joaquim Monteiro de Carvalho, pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo – CRCSP em 30/05/2011, com o Certificado Prêmio Expressão em Administração pela Casa do Administrador em Pernambuco, integrada pelo Conselho Regional de Administração no Estado de Pernambuco e Sindicato dos Administradores em Pernambuco, em 09/09/2010. Co-autor de livro da área contábil-tributária. O Sr. Nelson Mitimasa Jinzenji não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
José Ribamar Lemos de Souza - 080.716.084-91

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
Sr. José Ribamar Lemos de Souza é contador, inscrito no CRC-PE sob o nº 6.172 e no CPF/MF 080.716.084-91, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco, sendo contador Pós-Graduado em Direito da Economia e da Empresa e em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas. Professor na Universidade de Pernambuco, UPE FCAP, desde 1995, nos cursos de Pós-Graduação em Administração Financeira, MBA em Gestão de Negócios, MBA em Gestão de Custos e Controladoria, MBA em Planejamento e Gestão Organizacional, e MBA em Logística. Foi Instrutor de diversos cursos de aperfeiçoamento nas áreas contábil, tributária e administrativa pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, em Recife, por mais de 10 anos, destacando-se os seguintes cursos: Contabilidade Gerencial, Análise e Demonstrações Financeiras, Administração e Controle do Ativo Permanente, Gerência de Impostos, e Custos e Formação de Preços. O Sr. José Ribamar foi contador responsável por todos os processos contábeis, fiscais e de controle interno em diversas empresas, destacando-se entre elas: Megaó Indústria e Comércio Ltda., no período de jun/76 a jul/78, e Formac (PE) S.A, no período de jul/78 a set/87. Exerceu a gerência financeira-administrativa na Delta Construções S.A, sendo responsável por todos os procedimentos contábeis, fiscais, administrativos e financeiro, durante o período de jan/88 a nov/93. É sócio e acionista das empresas: Dosoftware do Brasil Ltda. e Acta Microinformática Ltda. É consultor nas áreas organizacional, contábil, tributária e administrativa, tendo como principais clientes as seguintes empresas, desde 1992: Fiori Veícolo Ltda e empresas controladas/coligadas; Auto Nunes Ltda e empresas controladas/coligadas; e Auto Norte Ltda. Pedragon Veiculos Ltda e empresas coligadas, RCR Locações Ltda, Frotamais Locações, Parvi Locadora, entre outras. Membro do Conselho Fiscal da QGEP Participações S.A eleito para o exercício de 2015, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2015. O Sr. José Ribamar Lemos de Souza não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Gil Marques Mendes -329.729.897-91 Gil Marques Mendes é contador e empresário do ramo da auditoria e contabilidade, há 28 anos no mercado, portador do CRC-RJ sob o nº 39.363 e CPF/MF nº 329.729.897-91.É Bacharel em Ciências Contábeis pela Federação das Faculdades Celso Lisboa, e Pós-Graduado em controladoria, auditoria, gerência financeira e didática do ensino superior pela Fundação Getúlio Vargas.Qualificado em IFRS – International Financial Reporting Standard, certificado internacionalmente pela IACAFM – International Association of Certified Accountants and Financial Managers; Membro do Conselho Diretor do CRC-RJ – Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro no cargo de Vice Presidente de Registro; Membro da Comissão de Educação Profissional Continuada do CRC-RJ; Já atuou como conselheiro no Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro – período 2008 a 2010; Já atuou como Vogal da JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – período 1998 a 2006; Pós-graduado em controladoria (Fundação Getúlio Vargas), Pós-

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
graduado em Gerência Financeira (Fundação Getúlio Vargas) e Pós-graduado em Didática do Ensino Superior. Sócio administrador na GWM Auditores Independentes de junho/2011 até a presente data; na GWM Auditores e Consultores de junho/1986 até junho/2011; e na NASA Contadores Ltda. de junho/1986 até a presente data. Atuou como auditor chefe de maio/ 1984 a junho/1986 na Construtora Queiroz Galvão S.A.; como auditor sênior de março/1982 a fevereiro/1983 na SUPERGASBRÁS – Distribuidoras de Gás S.A., e na SOTREQ S.A. de Tratores e Equipamentos, de dezembro/1979 a março/1982; como auditor na Zalcberg, Aizenman, Bendoraytes e Cia, de março / 1978 a novembro/1979. Membro Suplente do Conselho Fiscal da QGEP Participações S.A eleito para o exercício de 2014, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2014. O Sr. Gil Marques Mendes de Souza não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
Axel Erhard Brod - 787.729.907-91 O Sr. Axel Erhard Brod é administrador de empresas, com especialização em Finanças, portador da Cédula de Identidade RNE nº W432250Z, (SE-DPMAF-DPF), inscrito no CPF/MF sob o nº 787.729.907-91. É graduado em Administração de Empresas pela Universität des Saarlandes em Saarbrücken na Alemanha e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), com mestrado em Finanças pela PUC-RJ. Atualmente é Sócio-Diretor da ABZ Assessoria e Consultoria Empresarial. É membro do Conselho Fiscal das seguintes companhias: Mahle Metal Leve S.A., Marfrig Global Foods, Santos Brasil S.A. e A.W. Faber Castell S.A. De 1990 a 1998 exerceu funções no Grupo Thyssen na divisão de comércio e serviços, tendo atuado como Diretor Administrativo-Financeiro do Grupo na América do Sul. De 1999 a 2010 atuou no Grupo MAHLE exercendo diversas funções, entre as quais em equipes de gestão no Grupo MAHLE global; como membro e Presidente de diversos conselhos de administração em “joint ventures” e empresas do Grupo; e na MAHLE Metal Leve S.A. como Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores entre 1999 a 2010, sendo que de 2004 a 2010 exerceu também a função de Diretor Vice Presidente da Companhia. De 2011 a 2014 foi membro do Conselho Fiscal na Metalúrgica Gerdau. De 1984 a 1989 atuou na KPMG Auditores Independentes como gerente de auditoria da German Desk da filial no Rio de Janeiro. Membro do Conselho Fiscal da QGEP Participações S.A eleito para o exercício de 2015, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2015. O Sr. Axel Erhard Brod não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas atividades profissionais.
William Bezerra Cavalcanti Filho - 530.627.607-53 William Bezerra Cavalcanti Filho é economista, com especialização em Administração e Finanças, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.643.978-4 (SSP Detran/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 530.627.607-53. Graduado em Ciências Econômicas – Instituto Metodista Bennett – 1982, com MBA Finanças – IBMEC – 1991, Pós graduação em Administração - Formação Geral para Alto Executivos – FGV-RJ – 1996 , cursando a faculdade de Filosofia na PUC-Rio e Certificado pelo IBCG como Conselheiro Administrativo e Fiscal, além dos seguintes cursos: Comercial and Investment Bank (Engenharia Financeira, Produtos e Serviços) Citybank – Flórida - EUA – 1992 ; - Certificado - Securities Representative – FSA – Londres – Inglaterra – 1997; - Amana Kay – MBA Executivo Internacional; - Financial Engineering – Derivative Securities; - Governança Corporativa – USP/FIPECAFI – 2000 ; - Conselho Fiscal – Teoria e Prática – IBGC – 2009 ; - IFRS Board Class – ANEFAC e Ernst&Young – Set./2009 ; - Midia Trainning – 2012;Conselheiro de Administração – IBGC; Conselheiro Fiscal – IBGC; Como experiência profissional, Willian trabalhou no BANERJ S.A. - Mai/1977 a Nov./1978/; BANCO DO BRASIL S.A. – Dez./78 a Abr./2009;- Principais cargos executivos exercidos (a partir de 1996): - Gerente Executivo de Adm. de Ativos de Terceiros – BBDTVM;- Gerente Executivo de Negócios – Títulos e valores Mobiliários – Unidade de Mercado de Capitais; - Gerente Executivo de Operações Financeiras – GEROF – Diretoria de Finanças ;- Diretor Estatutário de Finanças – Dez/2003 a Abr./2009 ;BRASILCAP S.A. – Set./2009 a Fev/2013, Cargo: Gerente Executivo – Área Financeira e Investimentos. Participou dos seguintes comitês: (representante do Banco do Brasil): Comitê de Tesouraria da FEBRABAN – até Abr./09; Comitê de Política Monetária – ANDIMA – até Abr./09; Comitê de Investimentos da SUSEP – de 2011 a Fev/2013 e participou no conselho das seguintes empresas: PRONOR S.A. e NITROCARBONO S.A. – Vice-Presidente do CA - Abr./97 a Abr./04– Indicação: Banco do Brasil S.A. – BB ; GUARANIANA S.A. (atual Neoenergia) – CA – Titular - Jul.97 a 98 – Indicação: BB;GUARANIANA COM. e SERV. S.A. - CA – Titular – Out./2001 a Mai./2002 – Indicação: BB ;BOLSA DE VALORES DO RJ – CA – Suplente – Dez./2000 a Nov./2001 Indicação: BB;SADIA S.A. – CF – Titular – Abr./2000 a Mar./2001 – Indicação: Previ – ;BRASILCAP S.A. – CA – Suplente – Fev.2001 a Ago/2009 – (Presidente do Comitê Financeiro) - Indicação: BB ;ALL S.A. – CF – Titular – Abr./2009 a Abr./2010 – Indicação: Previ ;FIAGO Participações S.A. – Maio/2011 a Abr./2013 – Indicação Previ; Indicado pela Previ para o cargo de CF na CPFL – Início Maio/2013. Membro Suplente do Conselho Fiscal da QGEP Participações S.A eleito para o exercício de 2014, que se estenderá até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31.12.2014. O Sr. William Bezerra Cavalcanti Filho não esteve sujeito aos efeitos de nenhuma condenação criminal, nenhuma condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM e nenhuma condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tivesse ocasionado a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial, estando, assim, devidamente habilitado para a prática de suas

12.5 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações
atividades profissionais.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselho de Administração	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	Percentual de participação do membro nas reuniões
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	17	100%
José Luiz Alquéres	17	94,11%
Leduvy de Pina Gouvêa Filho	17	64,70%
Luiz Carlos de Lemos Costamilan	17	100%
Maurício José de Queiroz Galvão	17	100%
Ricardo de Queiroz Galvão	17	100%
José Augusto Fernandes Filho	17	100%

Conselho Fiscal	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	Percentual de participação do membro nas reuniões
Sérgio Tuffy Sayeg	06	100%
Nelson Mitimasa Jinzenji*	00	0%
José Ribamar Lemos de Souza	06	100%
Gil Marques Mendes *	00	0%
Axel Ehrard Brod	06	100%
William Bezerra Cavalcanti Filho *	00	0%

* Conselheiros Fiscais suplentes que não foram convidados a participar de nenhuma reunião durante o exercício.

12.7 - Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Nos últimos três exercícios sociais da Companhia, não foram instalados comitês estatutários. Também não foram instalados, no mesmo período, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração não estatutários.

12.8 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Nos últimos três exercícios sociais da Companhia, não foram instalados comitês estatutários. Também não foram instalados, no mesmo período, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração não estatutários.

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão
Membro Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Roberto de Queiroz Galvão	497.104.944-49	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão
Membro Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão
Membro Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Fernando de Queiroz Galvão	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão
Membro Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Marcos de Queiroz Galvão	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Marcos de Queiroz Galvão	475.316.904-97	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Roberto de Queiroz Galvão	497.104.944-49	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Fernando de Queiroz Galvão	165.109.684-87	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.9 – Existência de Relação Conjugal, união estável ou parentesco até 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Administrador do emissor ou controlada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor ou controlada**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	QGEP Participações S.A.	11.669.021/0001-10	Irmão
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Nome	**CPF**	**Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador**	**CNPJ**	**Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada**
Cargo				
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	Queiroz Galvão S.A.	02.538.798/0001-55	
Membro do Conselho de Administração				
Observação	-			

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2015			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

31/12/2015			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Ricardo de Queiroz Galvão	784.917.977-34	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2015			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

31/12/2015			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	667.729.158-87	Controle	Controlada Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

31/12/2015			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Ricardo de Queiroz Galvão	784.917.977-34	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2015			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

31/12/2014			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

31/12/2014			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Ricardo de Queiroz Galvão	784.917.977-34	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2014			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

31/12/2014			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	667.729.158-87	Controle	Controlada Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

31/12/2014			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Ricardo de Queiroz Galvão	784.917.977-34	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2014			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

31/12/2013			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	173.714.734-34	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

31/12/2013			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Ricardo de Queiroz Galvão	784.917.977-34	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2013			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Queiroz Galvão S.A.			
Membro do Conselho de Administração	02.538.798/0001-55		
Observação	-		

31/12/2013			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Antônio Augusto de Queiroz Galvão	667.729.158-87	Controle	Controlada Direto
Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista	12.645.952/0001-41		
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2013			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Ricardo de Queiroz Galvão	784.917.977-34	Controle	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista		12.645.952/0001-41	
Observação	-		

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

31/12/2013			
Nome	**CPF/CNPJ**	**Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada**	**Tipo de pessoa relacionada**
Cargo/Função			
Maurício José de Queiroz Galvão	233.110.534-00	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Quantum Fundo de Investimento em Participações			
Cotista		12.645.952/0001-41	
Observação	-		

Anexo D

(Informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Nossas práticas de remuneração buscam atrair, reter e motivar profissionais qualificados, buscando alinhar os interesses dos administradores aos objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A política de remuneração da Companhia é elaborada com base nas melhores práticas de mercado; em um sistema de metas e estratégias de negócios e com base nos deveres e responsabilidades do cargo.

Nesse sentido, desde 2012, a Companhia e suas controladas adotaram um plano de cargos e salários que reflete o perfil e as necessidades da Companhia, e encontra- se em sintonia com as melhores práticas de nossos pares de mercado.

Adicionalmente à remuneração dos administradores, a Companhia desenvolveu em 2011 um Plano para Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano de Opções"), com o objetivo de alinhar os interesses dos administradores com objetivos de médio e longo prazo da Companhia e de fortalecer uma cultura empreendedora e orientada para resultados.

Por fim, a remuneração do Conselho Fiscal foi elaborada levando-se em consideração a experiência dos conselheiros fiscais e a prática do mercado de companhias abertas. Para o exercício de 2014, a remuneração foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária do dia 16 de abril de 2014, primeira oportunidade em que o Conselho Fiscal foi instalado. Para o exercício 2015, o Conselho Fiscal foi novamente instalado, tendo sua remuneração aprovada na Assembleia Geral Ordinária do dia 17 de abril de 2015.

b) Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração. Nosso Conselho de Administração recebe uma remuneração fixa, sem qualquer componente de remuneração variável. A remuneração fixa dos conselheiros indicados por nosso acionista controlador e que ocupam cargos de administração em nossas controladas, adota como parâmetro, nas datas das Assembleias Gerais Ordinárias, o valor do salário mínimo vigente, sendo consideravelmente inferior aos valores pagos aos nossos conselheiros independentes. Os membros independentes do nosso Conselho de Administração e/ou conselheiros indicados pelos acionistas controladores que tenham função exclusiva de administração em nossa Companhia recebem uma remuneração fixa estabelecida com base nos deveres e responsabilidade assumidos e em linha com as práticas das demais companhias de nosso grupo, a fim de remunerá-los pelos serviços prestados à Companhia.

Alguns de nossos administradores recebem também remuneração de outras empresas do grupo Queiroz Galvão. Além disso, um de nossos conselheiros manteve alguns benefícios (plano de saúde, odontológico e seguro de vida) custeados pela nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP"), remanescentes do período em que exercia o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

Para mais informações sobre a remuneração paga aos conselheiros por outras empresas do nosso grupo, vide o item 13.15 deste Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária. Nossos Diretores recebem uma remuneração fixa e variável, sendo que esta última é integralmente paga por intermédio de nossa controlada QGEP, conforme indicado nos itens 13.15 e 13.16 abaixo.

A remuneração fixa corresponde ao montante mensal pago aos Diretores por suas atribuições exercidas no âmbito da Companhia e de nossas controladas, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor da experiência e responsabilidade individual do cargo e das responsabilidades assumidas. A remuneração variável, por sua vez, busca premiar o desempenho, o alcance e a superação de metas, com base em fatores que contribuam para o crescimento da Companhia.

Nossos Diretores e demais funcionários da Companhia recebem alguns benefícios, como assistência médica e odontológica, seguro de vida e previdência complementar, alinhados com a prática de mercado e suportados preponderantemente pela controlada QGEP. Tais benefícios complementam o pacote de remuneração dos membros da Companhia com base nas práticas de mercado.

Por sermos uma companhia cuja finalidade é participar em outras sociedades que se dediquem à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados (portanto, somos uma holding pura), concentramos grande parte da remuneração de nossa Diretoria em nossa controlada operacional QGEP.

Por fim, nossos Diretores são beneficiados pelo Plano de Opções da Companhia, cujo objetivo é (i) alinhar os interesses dos administradores aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia e (ii) fortalecer uma cultura empreendedora, de eficiência operacional e orientada para resultados.

Conselho Fiscal. A remuneração proposta para o conselho fiscal é uma remuneração fixa. Não são pagos benefícios ou remuneração variável aos conselheiros fiscais.

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conforme indicado acima, a remuneração dos nossos administradores paga pela Companhia é composta unicamente por remuneração fixa. A remuneração total pode ser decomposta nos custos com salário ou *pro labore*, os encargos referentes a essa remuneração, e os benefícios.

A tabela abaixo resume a proporção dos elementos que compuseram a remuneração total dos nossos administradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária (1)	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual (Valores da QGEPP)			
Salário ou pró- labore	82,12%	77,92%	83,33%

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

Benefícios direto e indireto	1,46%	6,49%	0,00%
Participações em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Encargos)	16,42%	15,58%	16,67%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação de Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo			
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessão do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações (2)			
Baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Nossos Diretores recebem também remuneração fixa e variável pagas pela nossa controlada operacional QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(2) QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência. O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2015 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para mais informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

A tabela abaixo resume a proporção que elemento na remuneração total dos nossos administradores representou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária (1)	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual (Valores da QGEPP)			
Salário ou pró- labore	82,13%	75,94%	83,33%
Benefícios direto e indireto	1,44%	8,87%	0,00%
Participações em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Encargos)	16,43%	15,19%	16,67%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação de Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo			
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessão do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações (2)			
Baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%

(1) Nossos Diretores recebem também remuneração fixa e variável pagas pela nossa controlada operacional QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(2) O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2014 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para mais informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

A tabela abaixo resume a proporção que elemento na remuneração total dos nossos administradores representou no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária (1)	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual (Valores da QGEPP)			
Salário ou pró- labore	82,50%	78,50%	0,00%
Benefícios direto e indireto	1,00%	5,90%	0,00%
Participações em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outros (Encargos)	16,50%	15,70%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração Variável			
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação de Resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em Reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo			
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessão do Cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações (2)			
Baseada em ações	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	100,00%	0,00%

(1) Nossos Diretores recebem também remuneração fixa e variável pagas pela nossa controlada operacional QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(2) QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência. O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para mais informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

Conselho de Administração. A remuneração dos membros do Conselho de Administração indicados por nosso acionista controlador e que ocupem cargos em outras companhias do grupo Queiroz Galvão é simbólica e usa como referência o valor do salário mínimo nacional vigente para o exercício social em questão. Já a remuneração dos membros independentes e dos conselheiros exclusivos de nossa Companhia é determinada através da análise da prática de mercado, em especial das demais companhias controladas pela Companhia, sendo revisada periodicamente para refletir a adequação às atividades e responsabilidades assumidas, (ii) a recomposição da perda devido a inflação e (iii) competitividade com as práticas de mercado.

Diretoria. A remuneração de nossos Diretores é calculada e reajustada (i) com base nas práticas de mercado obtidas através de pesquisas de remuneração das quais a Companhia participa anualmente, (ii) para premiar o bom desempenho individual apresentado de forma consistente e (iii) para refletir anualmente o acordo entre nossa controlada QGEP e o sindicato ao qual está vinculado.

A comparação de nossa remuneração com as praticadas no mercado é realizada com companhias atuantes preponderantemente no mesmo setor da Companhia, considerando também, para fins de amostragem, companhias de setores diferentes e de porte variados. Além disso, os reajustes acordados com o sindicato e a nossa controlada QGEP é aplicado de forma linear, ou seja, aplica-se a todos os Diretores, bem como aos demais funcionários da Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Com a política de remuneração acima indicada, a Companhia visa remunerar seus profissionais segundo as responsabilidades inerentes aos cargos que exercem, alinhado às práticas de mercado e aos níveis de competitividade da Companhia. Entendemos que a composição da remuneração é adequada às estratégias e aos objetivos de curto, médio e longo prazo da Companhia.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não aplicável, tendo em vista que todos os membros são remunerados.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração. Não há.

Diretoria. O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer a experiência do profissional, os desempenhos individuais e os resultados obtidos pela Companhia. Os indicadores de desempenho para determinação dos elementos de remuneração variável, integralmente paga por intermédio de nossa controlada QGEP, levam em consideração resultados financeiros e operacionais da Companhia, além do desempenho individual medido pelo cumprimento de metas previamente acordadas.

Conselho Fiscal. Não há.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

13.1 - Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração

Conselho de Administração. A remuneração do Conselho de Administração paga pela Companhia é integralmente fixa.

Diretores Estatutários. A remuneração dos Diretores é composta por componentes fixos e variáveis. A remuneração variável dos Diretores, integralmente paga por intermédio de nossa controlada QGEP, está baseada no seu desempenho individual, no resultado operacional e financeiro. Para mais informações sobre a remuneração paga por nossas controladas aos nossos executivos, vide itens 13.15 e 13.16 deste Formulário de Referência.

Conselho Fiscal. A remuneração do Conselho Fiscal paga pela Companhia é integralmente fixa.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A composição da remuneração mesclando remuneração fixa e variável, paga pela Companhia e sua controlada QGEP, somada a incentivos que possibilitam o ganho longo prazo alinha os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia e permite a geração sustentável e consistente de resultados, preservando a perpetuidade dos negócios em que estamos inseridos.

A remuneração variável, baseada em metas operacionais, financeiras e individuais previamente estabelecidas, com foco em projetos e atividades que possam gerar resultados para a Companhia, contribui para o desenvolvimento de uma cultura focada em resultados e na eficiência operacional.

O Plano de Opções estabelecido pela Companhia estimula a geração de resultados consistentes de médio e longo prazo para Companhia e reforçam a cultura empreendedora, de resultado e de eficiência operacional.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Por sermos uma holding pura, cujo objeto social consiste exclusivamente na participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados, grande parte da remuneração de nossa Diretoria, concentra-se em nossa controlada operacional QGEP. A identificação do tipo de remuneração recebida, segregada por órgão de administração encontra-se descrita nos itens 13.15 e 13.16 deste Formulário de Referência.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do controle societário da Companhia

Atualmente não há nenhuma remuneração ou benefício vinculado a um evento societário envolvendo a Companhia ou suas controladas.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de total membros	7,00	4,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	7	4	3	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R$1.065.489,00	R$1.504.361,00	R$487.305,00	R$3.057.155,00
Benefícios diretos e indiretos	R$21.462,09	R$159.363,76	0,00	R$180.825,85
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	R$213.097,80	R$300.872,20	R$97.461,00	R$611.431,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	O número de membros do Conselho Fiscal foi calculado segundo a média anual de membros apurada mensalmente, assumindo para tal fim, a premissa de que o referido conselho será novamente instalado na assembleia geral ordinária de 2016.	-
Total da Remuneração	R$1.300.048,89	R$1.964.596,96	R$584.766,00	R$3.849.411,85

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social encerrado 31/12/2015 Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária(1)	Conselho Fiscal	Total
Nº de total membros	7,00	4,00	3,00	14
Número de membros remunerados	7	4	3	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R$1.004.736,00	R$1.418.684,00	R$441.000,00	R$2.864.420,00
Benefícios diretos e indiretos	R$17.888,06	R$118.228,03	0,00	R$136.116,09
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	R$200.947,20	R$283.736,80	R$88.200,00	R$572.884,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções (2)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-.	-	-	-
Total da Remuneração	R$1.223.571,26	R$1.820.648,83	R$529.200,00	R$3.573.420,09

(1) Nossos Diretores recebem também remuneração fixa e variável pagas pela nossa controlada operacional QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(2) QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência. O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2015 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para mais informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social encerrado 31/12/2014 Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária(1)	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	2,00	3,00
Número de membros remunerados	7	4	2,00	13
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R$939.573,00	R$1.316.738,00	R$235.000,00	R$2.491.311,00
Benefícios diretos e indiretos	R$16.502,00	R$153.888,00	0,00	R$170.390,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	R$187.915,00	R$263.348,00	R$47.000,00	R$498.263,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Baseada em ações, inclusive opções(2)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	-	-	O número de membros do Conselho Fiscal no exercício de 2014 foi calculado segundo a média anual de membros apurada mensalmente, considerando que o referido conselho foi instalado na assembleia geral ordinária de 2014.	-
Total da Remuneração	R$1.143.990,00	R$1.733.974,00	R$282.000,00	R$3.159.964,00

(1) Nossos Diretores recebem também remuneração fixa e variável pagas pela nossa controlada operacional QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

(2) O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2014 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para mais informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2013 Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária(1)	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	4,00	N/A	11,00
Número de membros	7	7	N/A	11
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	R$877.332,00	R$1.166.336,00	N/A	R$2.043.668,00
Benefícios diretos e indiretos	R$11.118,00	R$87.063,00	N/A	R$98.181,00
Participações em comitês	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	R$175.466,00	R$233.267,00	N/A	R$408.733,00
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		N/A	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	N/A	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	N/A	0,00
Comissões	0,00	0,00	N/A	0,00
Outros	0,00	0,00	N/A	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	N/A	-
Pós-emprego	0,00	0,00	N/A	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	N/A	0,00
Baseada em ações, inclusive opções(2)	0,00	0,00	N/A	0,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Observação	-	-	N/A	-
Total da Remuneração	R$1.063.916,00	R$1.486.666,00	N/A	R$2.550.582,00

(1) Nossos Diretores recebem também remuneração fixa e variável pagas pela nossa controlada operacional QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência.
(2) QGEP. Para mais informações vide item 13.15 deste Formulário de Referência. O valor das opções outorgadas no âmbito do Plano de Compra de Ações de 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP. Para mais informações sobre a proporção de cada elemento da remuneração total consolidada da Companhia, vide item 13.15 deste Formulário de Referência.

13.3 - Remuneração variável do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

A Companhia não realizou pagamento de remuneração variável ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal e não há previsão para pagamento desta natureza relativo ao exercício de 2016. A remuneração variável da Diretoria é percebida através de sua controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A., conforme disposto nos itens 13.15 e 13.16 deste Formulário de Referência.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) termos e condições gerais

Administração do Plano:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, nossos acionistas aprovaram o Plano para Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), o qual é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. Anualmente, o Conselho de Administração criará Programas de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Programas"), definindo os beneficiários, o preço de subscrição ou aquisição de ações, o prazo de carência para o exercício da opção, o prazo máximo para o exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições às sanções recebidas pelo exercício da opção. O Conselho de Administração poderá prorrogar, mas não antecipar, o prazo final para o exercício da opção dos Programas em vigência. Também poderá extinguir o Plano, a qualquer tempo, e estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, sem prejuízo das opções de compra já concedidas. O Conselho de Administração não poderá mudar as disposições estabelecidas no Plano e nenhuma deliberação poderá, sem o consentimento do titular, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer opção de compra já concedida.

O Programa referente ao exercício social (2016) corrente foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração ("Programa 2016") realizada em 23 de fevereiro de 2016 e concedeu aos Diretores 1.018.958 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% do capital social da Companhia. O Programa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração ("Programa 2015") realizada em 12 de março de 2015 e concedeu aos Diretores 1.018.958 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% do capital social da Companhia. Já o programa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de fevereiro de 2014 ("Programa 2014") e concedeu aos Diretores 1.018.958 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% do capital social da Companhia. Por fim, o programa referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2013 ("Programa 2013") e concedeu aos Diretores 1.018.958 opções para a compra de ações ordinárias, representando 0,38% do capital social da Companhia.

Beneficiários:

A critério do Conselho de Administração, os executivos (empregados ou não) e determinados empregados da Companhia e de suas subsidiárias poderão ser beneficiados pela outorga de opção ("Beneficiários").

Ações incluídas no Plano:

Uma vez exercida a opção pelos Beneficiários, a Companhia poderá (a) emitir as ações correspondentes ou (b) entregar ações que detiver em tesouraria. Os acionistas, nos termos do disposto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão direito de preferência na outorga e no exercício da opção de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do

capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Exercício da opção:

A opção poderá ser exercida total ou parcialmente durante o prazo e nos períodos fixados na carta convite para participação do Plano ("Carta Convite"), em conformidade com o Plano e o respectivo programa. No caso de exercício parcial, o Beneficiário poderá exercer o remanescente da opção dentro dos prazos e nas condições estipuladas no Plano, no respectivo Programa e Carta Convite, ressalvadas as hipóteses previstas no Plano. Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

Permanência no cargo:

O Plano ou opção concedida pelo Plano não conferirá ao Beneficiário, em qualquer hipótese, direito de permanência no cargo e não interferirá no direito da Companhia de encerrar, a qualquer tempo, sua relação com o Beneficiário.

Limitações aos direitos dos titulares às opções:

Nenhum Beneficiário de opção concedida com base no Plano: (i) poderá aliená-la a quaisquer terceiros ou onerá-la, direta ou indiretamente, nem celebrar negócio jurídico com o compromisso de fazê-lo; e (ii) terá quaisquer direitos e obrigações inerentes aos acionistas da Companhia. Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da opção até que todas as exigências legais e contratuais sejam integralmente cumpridas.

Ajustamento:

Se o número de ações de emissão da Companhia for aumentado ou diminuído, ou caso as ações sejam substituídas ou trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustamentos apropriados no número de ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção. O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Companhia.

Data e vigência:

O Plano entrou em vigor na data de aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 29 de abril de 2011, e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das ações e sem prejuízo dos direitos dos Beneficiários das opções de compra já concedidas.

Cessão:

Os direitos e obrigações decorrentes do Plano, dos Programas e da Carta Convite não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência escrita da outra parte.

b) principais objetivos do plano

O Plano visa a alinhar os interesses dos administradores com objetivos de médio e longo prazo da Companhia e de fortalecer uma cultura empreendedora e orientada para resultados.

c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano permite alinhar os interesses dos Beneficiários, da Companhia e de suas subsidiárias, beneficiados de acordo com o desempenho das ações de emissão da Companhia, com os interesses dos nossos investidores, diretamente beneficiados pelos resultados alcançados pela Companhia.

d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano possui função de incentivo no desempenho dos nossos administradores, podendo representar um ganho patrimonial adicional, sujeito às regras inerentes aos incentivos desta natureza e condicionado à valorização de nossas ações no longo prazo.

e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

O Plano estimula o aprimoramento da administração no curto prazo, alinhando os interesses dos Beneficiários com os interesses da Companhia e de seus acionistas. Além disso, o Plano se insere na política da Companhia de atrair, motivar e assegurar a permanência de profissionais qualificados em nossa administração, incentivando-os a atingir e superar as metas estabelecidas, o que consideramos boa política para o compromisso de médio e longo prazo em relação ao desempenho da Companhia.

f) número máximo de ações abrangidas

As ações abrangidas pelo Plano equivalerão, no máximo, a 5% do total de ações de emissão da Companhia, o que representaria um total de 13.290.495 ações ordinárias, considerando o total de ações emitidas pela Companhia. As outorgas realizadas no âmbito dos Programas de 2011, 2012, 2013, 2014,2015 e 2016 totalizaram 12.152.606 ações ordinárias (4,6% do total de ações de emissão da Companhia), das quais 6.359.745 foram destinadas a diretores da Companhia.

g) número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção assegura ao Beneficiário o direito de subscrever ou adquirir uma ação ordinária de emissão da Companhia. Assim, as opções abrangidas pelo Plano representarão, no máximo, 5% do total de ações da Companhia.

h) condições de aquisição de ações

Anualmente, o Conselho de Administração indicará, em conformidade com o Plano e para cada Programa, os seus Beneficiários, os quais serão devidamente convidados por meio de Cartas Convite.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Os termos e as condições de cada opção concedida segundo o Plano serão fixados nos Programas anuais e nas respectivas Cartas Convite, definindo, entre outras condições: (i) o número de ações que serão emitidas ou vendidas com o exercício da opção; (ii) o preço de exercício nos termos estabelecidos no referido Plano; (iii) os seguintes prazos de carência pelo qual o titular deverá aguardar para exercer suas opções: (a) 20% das opções poderão ser exercidas após o período de 12 meses da outorga; (b) 30% das opções poderão ser exercidas após o período de 24 meses da outorga; e (c) 50% das opções poderão ser exercidas após o período de 36 meses da outorga; e (iv) o prazo de 7 anos, contados a partir da outorga da opção, ao término do qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão. As ações decorrentes do exercício das opções conferirão aos seus titulares os direitos estabelecidos no Plano, nos respectivos Programas e na Carta Convite, sendo sempre assegurado o direito de perceber os dividendos sobre as ações que vierem a ser distribuídas a partir de sua respectiva subscrição ou aquisição.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício é fixado com base no preço médio das ações registrado nos 60 pregões anteriores à data de concessão das opções para os anos subsequentes. O preço de exercício deverá ser pago à vista e será corrigido anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou no caso de sua extinção, por outro índice oficial que possua características similares. A opção somente poderá ser exercida nos termos do Plano e de cada programa, durante o prazo e nos períodos fixados nestes.

j) critérios para fixação do prazo de exercício

A opção somente poderá ser exercida dentro do prazo e nos períodos estabelecidos no Plano e em cada Programa. De acordo com o Plano, os Beneficiários estarão submetidos aos seguintes prazos de carência: (i) 20% das opções poderão ser exercidas após o período de 12 meses da outorga; (ii) 30% das opções poderão ser exercidas após o período de 24 meses da outorga; e (iii) 50% das opções poderão ser exercidas após o período de 36 meses da outorga.

k) forma de liquidação

A liquidação ocorre mediante pagamento à vista.

l) restrições à transferência das ações

Caso o Beneficiário pretenda, direta ou indiretamente, dispor ou, de qualquer outra maneira, transferir a totalidade ou parte das ações detidas por ele, desde que tais direitos tenham decorrido das ações objeto do Plano, a Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.

m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração da Companhia, sendo este competente para estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos.

n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na saída do administrador, enquanto Beneficiário do Plano, por iniciativa própria ou da Companhia, incluindo os casos de aposentadoria, as opções (i) que não tenham sido adquiridas até a data prevista serão canceladas; e (ii) que tenham sido adquiridas até a data da saída poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data do término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, sendo que, após tal prazo, serão canceladas caso não sejam exercidas. O Conselho de Administração poderá, em casos excepcionais, determinar regras específicas autorizando o exercício de opções por administradores Beneficiários, cujo período de carência para a aquisição do direito de exercício da opção não tenha sido cumprido.

Em caso de morte dos administradores Beneficiários, seus sucessores, ou, em caso de invalidez permanente, os próprios administradores Beneficiários, terão o direito de exercer imediatamente eventuais opções não exercidas, mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, pelo prazo de 12 meses contados do evento, sendo que, após tal prazo, as mesmas serão canceladas.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Informações sobre a remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária

O valor das opções outorgadas referentes aos Programas 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015 está reconhecido contabilmente em nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") (vide o item 13.15 para mais informações acerca da remuneração paga por nossas controladas).

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia prevista para o exercício social de 2016:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2016)		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	N/A	4
Número de membros remunerados	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	N/A	23 de fevereiro de 2016
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores	N/A	1.018.958
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	N/A	R$4,88

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R$1,14
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	-*

*Opções com data de outorga em 23 de fevereiro de 2016.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Remuneração baseada em ações praticada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	N/A	4
Número de membros remunerados	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	N/A	12 de março de 2015
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores	N/A	1.018.958
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	N/A	R$6,36
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R$1,96

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	-*

* Não há diluição, uma vez que o valor de mercado da ação da Companhia era, em 31 de dezembro de 2015, inferior ao preço de exercício da opção. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015, as opções do Programa de 2015 encontravam-se ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Remuneração baseada em ações praticada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	N/A	4
Número de membros remunerados	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	N/A	24 de fevereiro de 2014
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores	N/A	1.018.958
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	N/A	R$8,98
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R$2,65
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	- *

* Não há diluição, uma vez que o valor de mercado da ação da Companhia era, em 31 de dezembro de 2014, inferior ao preço de exercício da opção. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, as opções do

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Programa de 2014 encontravam-se ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A tabela abaixo resume a remuneração baseada em ações praticada pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Remuneração baseada em ações praticada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº total de membros	N/A	4
Número de membros remunerados	N/A	4
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	14 de março de 2013
Quantidade de opções outorgadas aos Diretores	-	1.018.958
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	20% após 12 meses da outorga, 30% após 24 meses da outorga e 50% após 36 meses da outorga
Prazo máximo para exercício das opções	-	7 anos contados da outorga
Prazo de restrição à transferência das ações	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A Companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
Preço médio ponderado de exercício	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social:	N/A	R$12,83
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social:	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	R$4,11
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	0*

* Não há diluição, uma vez que o valor de mercado da ação da Companhia era, em 31 de dezembro de 2013,

inferior ao preço de exercício da opção. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, as opções do Programa de 2013 encontravam-se ainda dentro do período para se tornarem exercíveis e, portanto, não poderiam ser convertidas em ações.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A tabela abaixo resume as opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria em 31 de dezembro de 2015:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015		
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Nº de membros:	1	4
Número de membros remunerados	1	4
Opções ainda não exercíveis:		
i. quantidade	Plano 2011: 0* Plano 2012: 0*	Plano 2011: 0** Plano 2012: 0** Plano 2013: 509.479** Plano 2014: 815.166** Plano 2015: 1.018.958**
ii. data em que se tornarão exercíveis	-	Plano 2013: 50% - 14/03/2016 Plano 2014: 30% - 24/02/2016 50% - 24/02/2017 Plano 2015: 20% - 12/03/2016 30% - 12/03/2017 50% - 12/03/2018
iii. prazo máximo para exercício das opções	7 anos contados da outorga	7 anos contados da outorga
iv. prazo de restrição à transferência das ações	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
v. preço médio ponderado de exercício	Plano 2011: R$24,48 Plano 2012: R$17,40 e R$15,81	Plano 2011: R$24,48 Plano 2012: R$17,40 Plano 2013: R$14,69 Plano 2014: R$9,67 Plano 2015: R$6,36

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	Plano 2011: R$0,00 Plano 2012: R$0,07 e R$0,12	Plano 2012: R$0,12 Plano 2013: R$0,25 Plano 2014:R$0,86 Plano 2015: R$1,60
Opções exercíveis:		
quantidade	Plano 2011: 180.451* Plano 2012: 822.630*	Plano 2011: 519.877** Plano 2012: 817.860** Plano 2013 – 509.479** Plano 2014 – 203.792** Plano 2015 - 0
prazo máximo para exercício das opções	7 anos contados da outorga	7 anos contados da outorga
prazo de restrição à transferência das ações	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.	Não há prazo de restrição após o exercício das opções. A companhia terá o direito de optar por recomprar tais ações pelo valor de mercado, não estando a Companhia vinculada a preço e condições ofertadas por quaisquer terceiros.
preço médio ponderado de exercício	Plano 2011: R$24,48 Plano 2012: R$17,40 e R$15,81	Plano 2011: R$24,48 Plano 2012: R$17,40 Plano 2013: R$14,69 Plano 2014: R$9,67
valor justo das opções no último dia do exercício social	Plano 2011: R$0,00 Plano 2012: R$0,07 e R$0,12	Plano 2011: R$0,00 Plano 2012: R$0,07 Plano 2013: R$0,25 Plano 2014: R$0,86
valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R$85.300,28	R$361.393,48

* As opções informadas no Conselho de Administração foram concedidas quando o conselheiro ocupava o cargo de diretor em 2011 e 2012. Nenhum conselheiro possui opções referente ao Plano de 2013.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

** Encontram-se incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2011 e 2012 e, por esta razão, as informações inseridas neste item divergem daquelas prestadas no item 13.6 deste Formulário de Referência.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Informações sobre as opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 não foram exercidas opções e não foram entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária da Companhia.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Segundo o Plano para Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), as opções poderão ser exercidas em até 7 anos após a data da concessão. A outorga de opções de ações de cada um dos programas ocorreu nas datas a seguir indicadas:

(i) Programa 2011 – Outorgas realizadas em 02 de maio de 2011;
(ii) Programa 2012 – Outorgas realizadas em 26 de março de 2012 e em 29 de maio de 2012;
(iii) Programa 2013 – Outorgas realizadas em 14 de março de 2013;
(iv) Programa 2014 – Outorgas realizadas em 24 de fevereiro de 2014;
(v) Programa 2015 – Outorgas realizadas em 12 de março de 2015; e
(vi) Programa 2016 – Outorgas realizadas em 23 de fevereiro de 2016.

a) modelo de precificação

O valor justo das opções de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano foi estimado com base no modelo binomial de precificação, nas datas em que foram realizadas as outorgas.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

As premissas por nós utilizadas no modelo binomial de precificação encontram-se resumidas nas tabelas abaixo:

	Planos de Opções de Compra de Ações – Programa 2011
Data da outorga	02/05/2011
Total de opções concedidas	653.182*
Preço de exercício da opção	R$19,00
Valor justo da opção na data da concessão	R$9,87
Volatilidade estimada do preço da ação	59,20%
Dividendo esperado	2,35%
Taxa de retorno livre de risco	6,36%
Duração da opção (em anos)	7

* Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2011.

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2012
Data da outorga	26/03/2012
Total de opções concedidas	1.018.958*
Preço de exercício da opção	R$14,17
Valor justo da opção na data da concessão	R$5,31
Volatilidade estimada do preço da ação	53,24%
Dividendo esperado	1,93%

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Taxa de retorno livre de risco	4,69%
Duração da opção (em anos)	7

* Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2012.

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2012
Data da outorga	29/05/2012
Total de opções concedidas	550.000*
Preço de exercício da opção	R$12,81
Valor justo da opção na data da concessão	R$3,87
Volatilidade estimada do preço da ação	49,88%
Dividendo esperado	1,93%
Taxa de retorno livre de risco	4,06%
Duração da opção (em anos)	7

* Não estão incluídas neste item as opções que foram outorgadas a um de nossos atuais diretores quando este ainda ocupava o cargo de gerente em 2012.

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2013
Data da outorga	14/03/2013
Total de opções concedidas	1.018.958
Preço de exercício da opção	R$12,83
Valor justo da opção na data da concessão	R$4,11
Volatilidade estimada do preço da ação	43,92%
Dividendo esperado	1,89%
Taxa de retorno livre de risco	3,81%
Duração da opção (em anos)	7

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2014
Data da outorga	24/02/2014
Total de opções concedidas	1.018.958
Preço de exercício da opção	R$8,98
Valor justo da opção na data da concessão	R$2,65
Volatilidade estimada do preço da ação	43,36%
Dividendo esperado	3,84%
Taxa de retorno livre de risco	6,20%
Duração da opção (em anos)	7

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2015
Data da outorga	12/03/2015
Total de opções concedidas	1.018.958
Preço de exercício da opção	R$6,36
Valor justo da opção na data da concessão	R$2,00
Volatilidade estimada do preço da ação	36, 96%

Dividendo esperado	2,46%
Taxa de retorno livre de risco	6,31%
Duração da opção (em anos)	7

	Planos de opções de compra de ações – Programa 2016
Data da outorga	23/02/2016
Total de opções concedidas	1.018.958
Preço de exercício da opção	6,17
Valor justo da opção na data da concessão	1,74
Volatilidade estimada do preço da ação	31,76%
Dividendo esperado	2,47%
Taxa de retorno livre de risco	7,07%
Duração da opção (em anos)	7

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O exercício antecipado não é aplicável, dado que o modelo não permite esta opção sem a autorização do Conselho de Administração.

Conforme previsto no plano de opções, em casos excepcionais, o Conselho de Administração poderá determinar regras específicas autorizando o exercício de opções por beneficiários.

d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade esperada foi estimada a partir da volatilidade histórica para uma amostra compatível com o prazo da opção de 7 anos. A volatilidade foi estimada a partir das séries de retornos mensais da QGEP3 (de março/2011 a dezembro/2015) e da Petrobras (PETR4 de janeiro/2009 a fevereiro/2011).

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi utilizada na mensuração de seu valor justo além daquelas divulgadas no item (b) acima.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão

As tabelas abaixo indicam o número de ações de emissão da Companhia, de seus controladores diretos e indiretos e das sociedades sob controle comum, detidas, direta e indiretamente, pelos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia, em 31 de dezembro de 2015. Esclarecemos que o número de ações detidas por membros da Diretoria inserido nas tabelas abaixo inclui as ações detidas por Pessoas Ligadas, conforme previsto na Instrução CVM 358, art. 11, §3º.

	Valores mobiliários de emissão da Companhia detidos em 31.12.2015 por:		
	Membros do Conselho de Administração	**Membros da Diretoria**	**Membros do Conselho Fiscal**
Diretamente	200.706 ações ordinárias	14.750 ações ordinárias *	0
Indiretamente	49.995.902 ações ordinárias	0	0
Total	**50.196.608 ações ordinárias**	**14.750 ações ordinárias**	**0**

* Estão incluídas neste item 4.224 ações ordinárias detidas por pessoas ligadas.

Valores mobiliários de emissão de:	**Detidos em 31.12.2015 por:**		
	Membros do Conselho de Administração	**Membros da Diretoria**	**Membros do Conselho Fiscal**
Controladores Diretos e Indiretos			
Queiroz Galvão S.A.	283.758.941 ações ordinárias	0 ações ordinárias	0 ações ordinárias
Quantum–Fundo de Investimento em Participações	16.715,26461 cotas	0 cotas	0 cotas
Sociedades Sob Controle Comum			
-	0	0	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não há planos de previdência em vigor conferidos diretamente pela Companhia aos membros do seu Conselho de Administração.

Para nossa Diretoria, há o pagamento de plano de previdência custeado por nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") e administrado pelo Bradesco Vida e Previdência S.A. através do contrato de Previdência Complementar – Plano Coletivo. O plano adotado é PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre e visa o acúmulo de recursos a longo prazo com o objetivo de complementar a aposentadoria de seus beneficiários, pelo qual o funcionário contribui com o percentual variável de 1% a 12% sobre a remuneração fixa e a Companhia contribui com o mesmo percentual escolhido pelo funcionário, limitando-se ao teto de 6,5% para os nossos Diretores. O resgate dos valores são tributados diretamente na fonte, conforme o regime escolhido.

Informações relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015	a. Órgão	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	7	4
c. Número de membros remunerados	7	4
d. Nome do plano	-	PGBL – Plano Gerador de Benefício Livre
e. Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	1*
f. Condições para se aposentar antecipadamente	-*	O contrato com o Bradesco Vida e Previdência não prevê condições para aposentadoria antecipada.
g. Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R$1.434.803,35
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R$291.395,72
i. Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	Em caso de desligamento da companhia, e consequentemente do plano de previdência, antes de ser elegível à aposentadoria, o saldo das contribuições feitas pela companhia será liberado de acordo com as condições apresentadas na tabela abaixo.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

* Para ser elegível à aposentadoria, o diretor deverá ter, no mínimo, 65 anos e encerrar o seu vínculo com a companhia.

Tempo de Contribuição ao Plano	% sobre a contribuição da QGEP que o beneficiário poderá sacar, em função do tempo de contribuição
Até 3 anos	0%
Mais de 3 anos até 5 anos	25%
Mais de 5 anos até 8 anos	50%
Mais de 8 anos até 10 anos	75%
Acima de10 anos	100%

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	4	4,00	4,00	7	7,00	7,00	3,00	2,00	N/A
Nº de membros remunerados	4	4	4	7	7	7	3	2	N/A
Valor da maior remuneração individual (Reais)	1.787.298,00	1.655.925,00	1.457.981,00	404.960,00	378.652,00	349.302,00	176.400,00	94.000,00	N/A
Valor da menor remuneração individual (Reais)	11.117,00	10.260,00	9.562,00	11.117,00	10.260,00	9.562,00	176.400,00	94.000,00	N/A
Valor médio da remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados) (Reais)	455.162,00	421.676,00	371.667,00	174.796,00	163.477,00	151.988,00	176.400,00	141.000,00	N/A

Observação:

	Diretoria Estatutária
31/12/2015	O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2015 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas).
31/12/2014	O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2014 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas).
31/12/2013	O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações de 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP (vide o item 13.15 para mais informações da remuneração paga por nossas controladas).

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Conselho de Administração	
31/12/2015	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro do conselho durante todo o ano de 2015.
31/12/2014	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro do conselho durante todo o ano de 2014.
31/12/2013	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro do conselho durante todo o ano de 2013.
Conselho Fiscal	
31/12/2015	O membro com valor da maior remuneração anual atuou como membro do conselho durante todo o ano de 2015.
31/12/2014	O Conselho Fiscal foi instalado pela primeira vez na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2014.
31/12/2013	N/A

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Descrever os arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Atualmente, não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia, em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Nossa Diretoria pode optar pelo pagamento de um plano de previdência com a Bradesco Vida e Previdência S.A. As contribuições feitas por nossos diretores podem variar de 1% a 12% sobre a remuneração fixa e nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP") contribui com o mesmo percentual escolhido pelo Diretor até o limite de 6,5% do valor de sua remuneração. No caso de aposentadoria, o Diretor poderá sacar parte da contribuição da QGEP dependendo do período de contribuição a este plano de previdência. Para maiores detalhes sobre nosso plano de previdência, vide item 13.10 deste Formulário de Referência.

O Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia estabelece as condições do exercício dos direitos relacionados ao plano quando da aposentadoria ou desligamento de um administrador. Para mais informações das condições aplicáveis nesta situação, conferir o item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A tabela abaixo indica os valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2013*
Conselho de Administração	2,70%
Diretoria	0,00%

* Em 2013 o Conselho Fiscal não foi instalado.

A tabela abaixo indica os valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2014
Conselho de Administração	2,70%
Diretoria	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

A tabela abaixo indica os valores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015:

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2015
Conselho de Administração	2,73%
Diretoria	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Os nossos administradores não receberam remuneração por qualquer outra razão que não a função ocupada.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

a) parcelas da remuneração suportadas por controladas do emissor, seus controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, que tenham sido atribuídas aos integrantes do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal em função do exercício do cargo no emissor (cuja existência foi informada no item 13.1.f)

Nossos Diretores são também diretores de nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. ("QGEP"). Considerando que a Companhia possui objeto social exclusivo de participação em sociedades que se dediquem substancialmente à exploração, produção e comercialização de petróleo, gás natural e seus derivados (portanto, somos uma holding pura), grande parte da remuneração paga a nossa Diretoria se concentra em tal controlada.

As tabelas abaixo resumem os valores pagos por nossas controladas, controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum aos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, referentes aos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015:

Valores Reconhecidos no resultado de 2013 (em R$)*	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Controladas	R$3.829,00	R$12.150.894,00	R$12.154.723,00
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2013 Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Total**
Nº de membros	7,00	4,00	11,00
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	R$0,00	R$2.911.824,00	R$2.911.824,00
Benefícios direto e indireto	R$3.829,00	R$243.962,00	R$247.791,00
Participações em comitês	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Outros (Encargos)	R$0,00	860.047,00	R$860.047,00
Observação	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.		
Remuneração variável			
Bônus	R$0,00	R$5.664.297,00	R$5.664.297,00
Participação de resultados	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Participações em reuniões	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Comissões	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Outros	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Pós-emprego	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Cessação de cargo	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Baseada em ações	R$0,00	R$2.470.764,00	R$2.470.764,00
Observação	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	R$3.829,00	R$12.150.894,00*	12.154.723,00

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2013 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R$5.875.533,00.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores Reconhecidos no resultado de 2014 (em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladas	0,00	R$10.274.443,00	0,00	R$10.274.443,00
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas

	Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2014 Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	7,00	4,00	2,00	14,00
Remuneração fixa anualanual	-			
Salário ou pró-labore	0,00	R$3.141.681,00	0,00	R$3.141.681,00
Benefícios direto e indireto	0,00	R$382.789,00	0,00	R$382.789,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (Encargos)	0,00	R$927.816,00	0,00	R$927.816,00
Observação	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.			
Remuneração variável				
Bônus	0,00	R$4.641.757,00	0,00	R$4.641.757,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação de cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	R$1.180.400,00	0,00	R$1.180.400,00

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Observação	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da remuneração	0,00	R$10.274.443,00	0,00	R$10.274.443,00

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2014 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R$4.547.595,90.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores Reconhecidos no resultado de 2015 (em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladas	0,00	R$9.763.599,46	0,00	R$9.763.599,46
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	N/A	N/A	N/A	N/A

Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas

	Detalhamento dos valores pagos pelas Controladas Remuneração total reconhecida no Exercício Social encerrado em 31/12/2015 Valores Anuais			
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	7	4	3	14
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	R$3.047.404,04	0,00	R$3.047.404,04
Benefícios direto e indireto	0,00	R$567.560,53	0,00	R$567.560,53
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (Encargos)	0,00	R$996.524,88	0,00	R$996.524,88
Observação	O valor da conta “Outros” se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.			
Remuneração variável	0,00			
Bônus	0,00	R$4.325.002,55	0,00	R$4.325.002,55
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação de cargo	0,00	0,00	0,00	0,00

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Baseada em ações	0,00	R$827.107,46	0,00	R$827.107,46
Observação	N/A	N/A	N/A	N/A
Total da remuneração	0,00	R$9.763.599,46	0,00	R$9.763.599,46

*O valor das opções outorgadas no âmbito do Programa 2015 está reconhecido contabilmente em nossa controlada QGEP, no montante de R$2.930.612,32.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

A tabela abaixo indica a proporção de cada elemento na remuneração total consolidada da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013		
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	0,00%	24,00%
Benefícios direto e indireto	100,00%	2,00%
Participações em comitês	0,00%	0,00%
Outros (Encargos)	0,00%	7,10%
Descrição de outras remunerações fixas	O valor da conta "Outros" se refere ao INSS sobre pró-labore, com alíquota de 20% correspondente à parte da empresa.	
Remuneração variável		
Bônus	0,00%	46,60%
Participação de resultados	0,00%	0,00%
Participações em reuniões	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo		
Pós-emprego	0,00%	0,00%
Cessação do Cargo	0,00%	0,00%
Remuneração Baseada em Ações		
Baseada em ações	0,00%	20,30%
Total da remuneração	**100,00%**	**100,00%**

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	0,00	30,60%	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	3,70%	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros (Encargos)	0,00	9,00%	0,00
Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0,00	45,20%	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participações em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo			
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações			
Baseada em ações	0,00	11,50%	0,00
Total da remuneração	0,00	100,00%	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015			
Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**
Remuneração fixa anual			
Salário ou pró-labore	0,00	31,2%	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	5,8%	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00
Outros (Encargos)	0,00	10,2%	0,00

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Descrição de outras remunerações fixas			
Remuneração variável			
Bônus	0,00	44,3%	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00
Participações em reuniões	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós Emprego ou Cessão do Cargo			
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00
Cessação do Cargo	0,00	0,00	0,00
Remuneração Baseada em Ações			
Baseada em ações	0,00	8,5%	0,00
Total da remuneração	0,00	100%	0,00

b) demais remunerações recebidas por administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia que tenha sido reconhecida no resultado de controladas da Companhia, dos controladores diretos ou indiretos do emissor ou de sociedades sob controle comum, mesmo que não relacionadas ao exercício de cargo no emissor

A tabela abaixo indica os valores atribuídos a título de remuneração por cargos ocupados por determinados administradores da Companhia na administração das nossas controladas, controladores diretos ou indiretos e sociedades sob controle comum, referentes aos exercícios sociais encerrados 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2015:

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Valores Reconhecidos no resultado de 2013 (em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos ou indiretos	R$3.548.885,07	N/A	R$3.548.885,07
Sociedade sob controle comum	R$3.625.728,78	N/A	R$3.625.728,78

Valores Reconhecidos no resultado de 2014 (em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladas	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos ou indiretos	R$2.433.545,35	N/A	N/A	R$2.433.545,35
Sociedade sob controle comum	R$5.060.992,80	N/A	N/A	R$5.060.992,80

Valores Reconhecidos no resultado de 2015 (em R$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladas	N/A	N/A	N/A	N/A
Controladores diretos ou indiretos	N/A	N/A	N/A	N/A
Sociedade sob controle comum	R$5.009.399,09	N/A	N/A	R$5.009.399,09

13.16 - Outras informações relevantes

A remuneração paga por nossa controlada Queiroz Galvão Exploração e Produção S.A. (“QGEP”) aos administradores da Companhia é composta por elementos fixos e variáveis. A remuneração fixa reflete parâmetros adotados na indústria do petróleo, sobretudo nas cadeias de exploração e produção. Em relação à remuneração variável, a QGEP implementou em 2012 um modelo de premiação por desempenho com base nos resultados financeiros da Companhia, no resultado da área e no desempenho individual, efetivado por meio de Plano de Participação nos Lucros e Resultados – PLR.